

Relatório sobre a Execução Orçamental 2023

Apreciação da Conta Geral do Estado 2023



WWW.CFP.CV

Avenida da China,
Edifício do Tribunal Constitucional
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago

FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida da China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3.º Andar
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago – Cabo Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVE ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
3 EXECUÇÃO DOS PILARES E PROGRAMAS	9
3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PILARES PEDS II	9
3.2 EXECUÇÃO POR TIPO DE FINANCIAMENTO	10
3.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINANCIADOS PELO ORÇAMENTO	11
4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM CONTABILIDADE PÚBLICA	13
4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E RESULTADOS ORÇAMENTAIS	13
4.2 ANÁLISE DO SALDO DOS SUBSETORES (2022 E 2023)	16
4.3 CONTRIBUTOS PARA A VARIAÇÃO DA RECEITA E DESPESA EFETIVA E DESVIOS DO SALDO ORÇAMENTAL	18
5 DÍVIDA PÚBLICA	23
5.1 A DÍVIDA DIRETA DO ESTADO	23
5.2 ANÁLISE DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO (2014-2023)	34
6 RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	36
6.1 GARANTIAS E AVALES CONCEDIDOS PELO ESTADO.	36
6.2 RESPONSABILIDADES EFETIVAS POR GARANTIAS PRESTADAS	37
7 REGRAS DE DISCIPLINA ORÇAMENTAL	39
8 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES	40
ANEXOS	42
TABELAS E GRÁFICOS DETALHADOS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.	42
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS	54



O Conselho de Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho. Pela Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março, procedeu-se à regulamentação da sua organização interna, competências, funcionamento e estatutos dos seus respetivos membros.

Em maio de 2023, o CFP iniciou o processo de instalação e funcionamento, de modo a poder cumprir com a missão de proceder à avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a transparência e contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e credibilidade financeira do Estado.

Aprovado na reunião do Conselho das Finanças Públicas, no dia 25 de abril de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório analisa a execução orçamental em contabilidade pública, com foco na conformidade com os princípios e regras estabelecidos na Lei de Bases do Orçamento de Estado, Lei nº55/IX/2019, de 1 de julho. A avaliação incide sobre indicadores-chave como saldos orçamentais, endividamento, financiamento interno, equilíbrio e sustentabilidade das finanças públicas, bem como transparência orçamental.

Em 2023, a taxa de execução do Orçamento Inicial foi de 85,6 por cento e a do Orçamento reprogramado de 72,6 por cento, refletindo alterações substanciais ao longo do ano. Apesar disso, a execução global foi considerada boa, impulsionada pelo Estado Social, que representou 69,1 por cento da despesa total e teve uma execução de 90 por cento, evidenciando a forte prioridade dada às políticas sociais. O pilar Soberania seguiu com 82,7 por cento. Em contraste, os pilares Economia (37,7 por cento) e Ambiente (32,8 por cento) registaram desempenhos abaixo da média nacional. Os 27,4 por cento não executados do orçamento reprogramado sugerem oportunidades de melhoria na eficiência da execução orçamental.

O saldo orçamental global registou uma melhoria significativa (3,2 pontos percentuais), com um défice de 0,2 por cento do PIB, contra 3,4 por cento verificados em 2022. A dívida pública, em trajetória decrescente, situou-se nos 113 por cento do PIB, abaixo dos 122,8 por cento registados no ano anterior, confirmando a preocupação com a consolidação orçamental. O saldo corrente e o saldo primário também evoluíram positivamente, refletindo um aumento das receitas e maior rigor na execução da despesa.

No que toca ao financiamento interno, o país respeitou o limite legal de 3 por cento do PIB, com um financiamento líquido de 1.956 milhões de escudos (0,6 por cento do PIB). A execução orçamental observou os princípios de transparência, equilíbrio e sustentabilidade fiscal, reforçando a confiança na gestão pública. No entanto, o elevado nível de endividamento continua a ser um desafio. Assim, é crucial manter políticas de consolidação orçamental e, simultaneamente, garantir os investimentos necessários ao crescimento económico e à diversificação da economia.

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório visa analisar a execução orçamental de Cabo Verde no exercício económico de 2023, avaliando o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, a qualidade da execução da receita e da despesa, bem como os impactos na sustentabilidade das finanças públicas. A análise é fundamentada na Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019), que regula a disciplina orçamental e a gestão das finanças públicas, promovendo a transparência e a responsabilização, além de fornecer subsídios técnicos para a tomada de decisões por parte dos órgãos de supervisão, das entidades governamentais e da sociedade civil.

A metodologia adotada envolve a comparação entre os valores orçamentados (Orçamento Inicial e Reprogramado) e os valores efetivamente executados, com base nas Contas Gerais do Estado de 2021 a 2023. Foram analisadas séries temporais de 2014 a 2023, de forma a proporcionar uma visão mais ampla da evolução das finanças públicas. Também foram utilizados indicadores fiscais e boas práticas internacionais em matéria de gestão orçamental e sustentabilidade fiscal, com base em dados provenientes do Ministério das Finanças, das Contas Gerais do Estado, do Orçamento do Estado e dos relatórios trimestrais de execução orçamental.

Este relatório está organizado em capítulos que abordam o enquadramento macroeconómico, a execução dos pilares e programas do PEDS II, incluindo a comparação entre a execução prevista e a realizada em 2023 das principais medidas de política orçamental, a execução orçamental em contabilidade pública, a dívida pública, as responsabilidades contingentes, as regras de disciplina orçamental e, por fim, os desafios e perspetivas.

A elaboração deste relatório contou com a colaboração de várias instituições, com especial destaque para o Ministério das Finanças, através da Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública (DNOCP) e da Direção Nacional das Receitas do Estado (DNRE), pela disponibilização de dados e pelos esclarecimentos técnicos. O contributo da Direção Nacional do Planeamento (DNP) e da Direção Nacional do Tesouro (DGT) revelou-se igualmente fundamental para a obtenção de informações complementares, garantindo a qualidade e a abrangência desta análise.

2 BREVE ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2023, a economia global continuou a recuperar dos choques recentes, incluindo a guerra na Ucrânia, embora com desafios persistentes como a inflação elevada e o aperto das políticas monetárias. As economias avançadas cresceram 1,7 por cento, ao passo que os mercados emergentes registaram uma expansão de 5,7 por cento. O comércio internacional desacelerou, afetado pela redução da procura nas economias desenvolvidas. A inflação global apresentou sinais de moderação, com quedas significativas nos preços dos produtos energéticos (-29,9 por cento) e das commodities não energéticas (-9,7 por cento).

No plano nacional, Cabo Verde registou um crescimento económico de 5,1 por cento, refletindo a normalização das atividades após a recuperação pós-pandemia. O crescimento foi impulsionado pelo consumo privado (+7,7 por cento) e pelo consumo público (+8,3 por cento). Setores como turismo (+18,1 por cento), indústria transformadora (+11,3 por cento), pescas (+11,2 por cento) e serviços financeiros (+8,7 por cento) destacaram-se positivamente, enquanto a agricultura, construção e saúde registaram retrações. A inflação desacelerou para 3,7 por cento, abaixo dos 7,9 por cento registados em 2022.

No setor externo, o défice da balança corrente situou-se em 3,3 por cento do PIB, influenciado pelas balanças de bens e rendimento primário. As exportações cresceram 7,4 por cento e o turismo continuou a recuperar (+31,8 por cento), apesar da queda das remessas (-4,3 por cento) e dos Investimentos Diretos Estrangeiros (-6,2 por cento). As reservas internacionais aumentaram 9,4 por cento, reforçando a estabilidade cambial, e o crédito ao setor privado cresceu 6,1 por cento.

Do ponto de vista fiscal, registou-se uma melhoria significativa. O défice orçamental caiu para 0,2 por cento do PIB — o menor desde 2004 — impulsionado por um aumento de 21,9 por cento nas receitas. A dívida pública situou-se em 113 por cento do PIB, reduzindo-se em 9,8 pontos percentuais face a 2022, acumulando uma descida de 33,8 pontos desde 2021.

Em síntese, 2023 foi marcado por uma recuperação económica sólida, estabilização da inflação, reforço das reservas externas e consolidação fiscal. Estes elementos criaram uma base favorável para a execução orçamental do Estado, cuja análise detalhada permite aferir a qualidade da gestão das contas públicas e o grau de alinhamento com os objetivos de estabilidade e sustentabilidade a médio prazo.

3 EXECUÇÃO DOS PILARES E PROGRAMAS

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PILARES PEDS II

Em 2023, a taxa de execução do Orçamento Inicial atingiu 85,6 por cento enquanto a do Orçamento Reprogramado foi de 72,6 por cento. Globalmente, a execução do Orçamento de 2023 reflete um nível de implementação e gestão de recursos públicos considerado bom, impulsionado pelo Estado Social, que representou 69,1 por cento da execução da despesa total. No entanto, deve-se sublinhar que 27,4 por cento do Orçamento Reprogramado não foi executado, sugerindo áreas potenciais para a melhoria na eficiência da execução orçamental.

Tabela 1 – Taxa de execução orçamental por pilar do PEDS II

Unidade: milhões de escudos

Pilar	Orçamento Inicial (OI)	Orçamento Reprogramado (OR)		Execução		Taxa de execução	
		Total	Peso (por cento)	Total	Peso (por cento)	OI	OR
Ambiente	3.973,3	4 216,6	4,6	1 383,0	2,1	34,8	32,8
Economia	13.028,2	24 173,8	26,2	9 106,1	13,6	69,9	37,7
Estado Social	49.230,4	51 261,5	55,8	46 116,3	69,1	93,7	90,0
Soberania	11.779,7	12 287,3	13,4	10 164,3	15,2	86,3	82,7
Nacional	78.011,7	91 939,3	100,0	66 769,7	100,0	85,6	72,6

Fonte: Dados extraídos da Conta Geral do Estado de 2023 – Ministério das Finanças – setembro 2024

Apesar da execução global positiva, registam-se diferenças significativas entre os pilares do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) II. O Estado Social destacou-se com 90 por cento de execução do Orçamento Reprogramado, demonstrando que a maior parte dos recursos alocados a esse pilar foi efetivamente utilizada. Esse resultado revela nitidamente uma forte priorização das políticas sociais em Cabo Verde. Em seguida, o pilar Soberania registou uma taxa de 82,7 por cento, assinalando uma execução orçamental igualmente elevada. Por outro lado, os pilares Economia (37,7 por cento) e o Ambiente (32,8 por cento) apresentam taxas de execução mais baixas e, inferiores à média nacional (72,6 por cento), Tabela 1.

A análise da execução orçamental de 2023 evidencia áreas de eficiência, bem como domínios que enfrentam desafios na implementação. Os pilares do Estado Social e da Soberania destacam-se pela execução eficiente, enquanto os do Ambiente e da Economia necessitam de maior atenção para aprimorar a capacidade de implementação. Para os pilares com melhor desempenho, é essencial manter uma monitorização rigorosa de modo a garantir a sustentabilidade fiscal e a qualidade dos gastos públicos, assegurando que impactem positivamente o bem-estar das populações.

As disparidades na execução orçamental entre os pilares do PEDS II indicam a necessidade de reforçar os processos de planeamento e acompanhamento. Neste contexto, é crucial identificar e superar os obstáculos que afetam a execução dos programas estratégicos ao desenvolvimento, especialmente os relacionados ao crescimento económico e à sustentabilidade ambiental.

3.2 EXECUÇÃO POR TIPO DE FINANCIAMENTO

A análise da execução orçamental por tipo de financiamento revela discrepâncias significativas entre as fontes de financiamento (interno e externo) e a sua efetiva utilização em 2023.

Tabela 2 – Taxa de execução orçamental por tipo de financiamento

Unidade: milhões de escudos

Tipo de financiamento	Orçamento Reprogramado		Execução		Taxa de execução
	Total	Peso (por cento)	Total	Peso (por cento)	
Interno	65 446,8	71,2	60 302,7	90,3	92,1
Tesouro	64 482,0	70,1	59 706,7	89,4	92,6
Outras Fontes Nacionais	964,8	1,0	596,0	0,9	61,8
Externo	26 492,4	28,8	6 467,0	9,7	24,4
Fundos de Contrapartida da Ajuda Alimentar	180,0	0,2	58,3	0,1	32,4
Donativo	7726,9	8,4	2 335,5	3,5	30,2
Empréstimo	18 585,6	20,2	4 073,3	6,1	21,9
Nacional	91 939,3	100,0	66 769,7	100,0	72,6

Fonte: Dados extraídos da Conta Geral do Estado de 2023 – Ministério das Finanças – setembro 2024

O Tesouro, como principal fonte de financiamento, incorporando os recursos das receitas fiscais, as ajudas orçamentais e as receitas consignadas, representou 70,1 por cento do Orçamento Reprogramado e 89,4 por cento do Orçamento Executado em 2023, alcançando uma taxa de execução na ordem dos 93 por cento. As Outras Fontes Nacionais (OFN) registaram uma taxa de execução de 61,8 por cento. No conjunto, a execução orçamental financiada por recursos internos foi de 92,1 por cento, o que revela uma forte capacidade de mobilização e utilização dos recursos internos, garantindo uma maior previsibilidade na alocação dos recursos, Tabela 2.

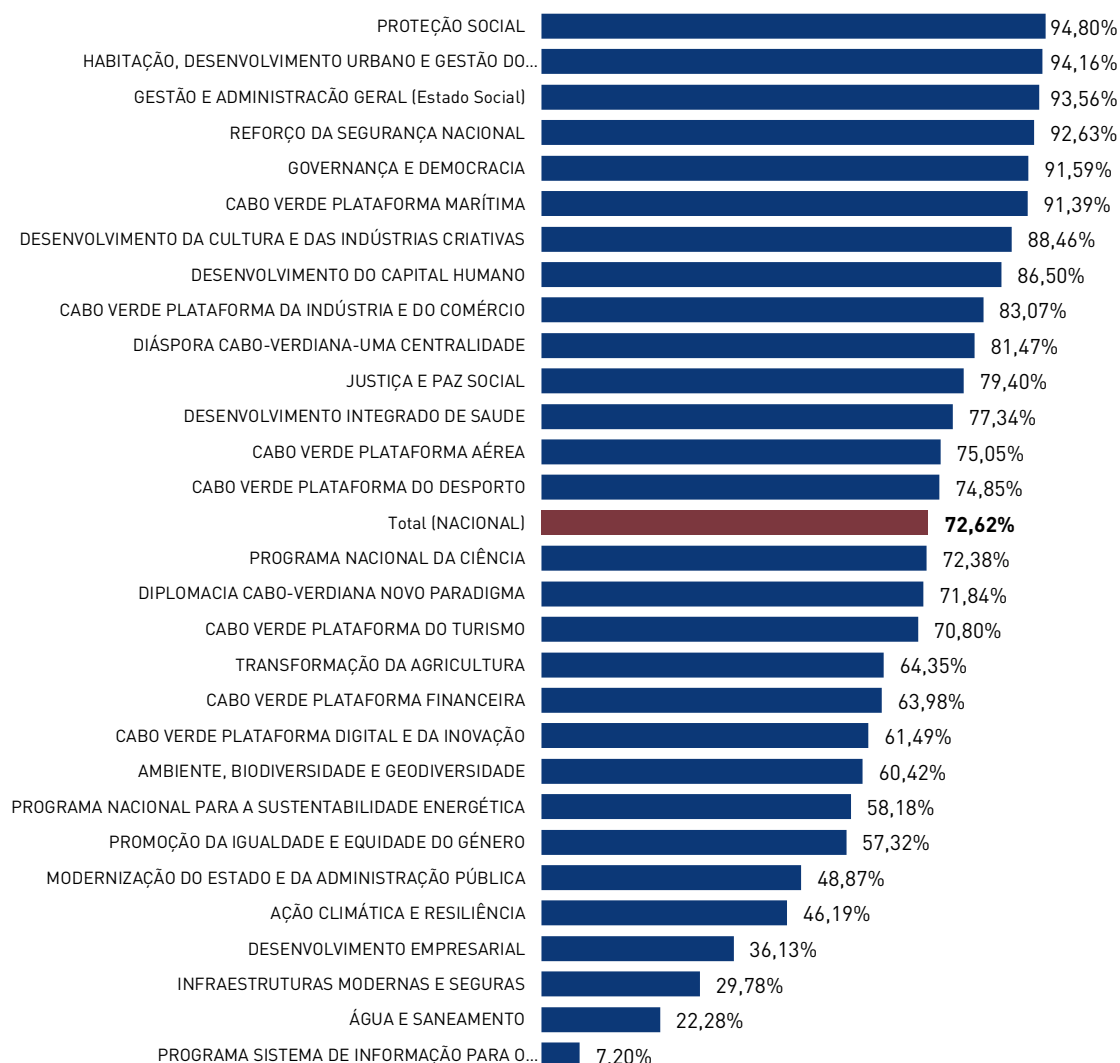
A execução de recursos externos em 2023 apresentou uma baixa taxa de execução (24,4 por cento). Especificamente, os Fundos de Contrapartida da Ajuda Alimentar (FCP AAL) registaram 32,4 por cento, os donativos 30,2 por cento e os empréstimos apenas 21,9 por cento. Essa subutilização expressiva deste tipo de financiamento demonstra dificuldades e desafios substanciais no planeamento e implementação de programas e projetos com financiamento internacional.

Diante dessa situação e, considerando a importância estratégica dessas fontes de financiamento no processo orçamental em Cabo Verde, torna-se fundamental identificar os principais obstáculos e propor soluções que permitam fortalecer a gestão orçamental e otimizar a absorção dos recursos disponíveis, pois são desafios fundamentais para melhorar a eficiência na utilização dos fundos públicos.

3.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINANCIADOS PELO ORÇAMENTO

A taxa de execução orçamental dos programas previstos no Orçamento do Estado de 2023 proporciona insights sobre o grau de implementação das políticas e ações definidas, bem como identifica programas que necessitam de maior atenção ou reforço, permitindo melhorar a gestão pública e garantir que os objetivos estabelecidos nos programas sejam alcançados.

Gráfico 1 – Taxa de execução do Orçamento Reprogramado por programa em 2023



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2022 a 2023. Cálculos do CFP

De acordo os dados do gráfico 1, dos 29 programas inscritos no Orçamento de 2023, 14 (48,3 por cento) apresentaram uma execução superior à média nacional (72,6 por cento) enquanto os 15 programas (51,7 por cento) não atingiram essa média. Essa disparidade na execução orçamental pode ser explicada por diversos fatores que influenciam a implementação dos programas governamentais. Neste sentido, urge reforçar os processos de planeamento, monitorização e avaliação para otimizar a execução orçamental.

O Programa de Proteção Social apresentou a maior taxa de execução orçamental (cerca de 95 por cento), refletindo um forte compromisso com as políticas de bem-estar social em Cabo Verde. Em seguida, o Programa de Habitação, Desenvolvimento urbano e Gestão do Território alcançou uma alta execução, com 94,2 por cento, evidenciando progressos notáveis na execução e, consequentemente, na melhoria desse programa. Os Programas de Reforço da Segurança Nacional e de Governação e Democracia tiveram execuções elevadas de 92,6 por cento e 91,6 por cento, respetivamente. Por outro lado, o Programa de Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável registou a menor execução, com apenas 7,2 por cento. As baixas execuções foram também registadas nos Programas de Água e Saneamento (22,3 por cento), de Infraestruturas Modernas e Seguras (29,8 por cento) e de Desenvolvimento Empresarial (36,1 por cento).

Estes resultados mostram variações significativas na execução de programas estratégicos em Cabo Verde. Enquanto programas como proteção social e segurança estão tendo uma execução orçamental eficiente, sectores vitais relacionados aos programas como água e saneamento, desenvolvimento empresarial, ação climática, entre outros, enfrentam desafios significativos. Neste contexto, considera-se que a baixa execução no programa de Água e Saneamento é particularmente de maior preocupação, especialmente devido ao impacto direto desses serviços para a saúde pública e o bem-estar da população. De igual modo, a subutilização de recursos do Programa Desenvolvimento Empresarial poderá comprometer a melhoria do ambiente de negócios. Perante estes resultados, é necessário estudar as causas da baixa execução desses programas por forma a promover ações corretivas que garantam que os objetivos do PEDS II sejam cumpridos de maneira mais equilibrada e eficaz.

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM CONTABILIDADE PÚBLICA

O presente capítulo apresenta uma análise da execução orçamental da Conta Geral do Estado de 2023, sob a ótica da contabilidade pública, abrangendo o período de 2014 a 2023. O enfoque recai especialmente sobre os resultados alcançados em 2023, que marcam uma inversão significativa face ao período crítico da pandemia. Este enquadramento permite avaliar a evolução dos principais agregados orçamentais – receita, despesa e saldo global – a partir dos fluxos efetivos de caixa registados anualmente.

A opção pela contabilidade pública visa fornecer uma leitura direta sobre a execução do orçamento do Estado, evidenciando a forma como as políticas orçamentais foram operacionalizadas ao longo da última década. Particular relevância é atribuída ao impacto da pandemia da COVID-19 e à subsequente recuperação orçamental, culminando nos resultados registados em 2023, que refletem uma trajetória de consolidação das finanças públicas.

Neste contexto, a análise inicia-se com o enquadramento dos resultados orçamentais dos últimos anos, destacando a trajetória do saldo global, bem como das receitas e das despesas públicas em termos de médio prazo.

4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E RESULTADOS ORÇAMENTAIS

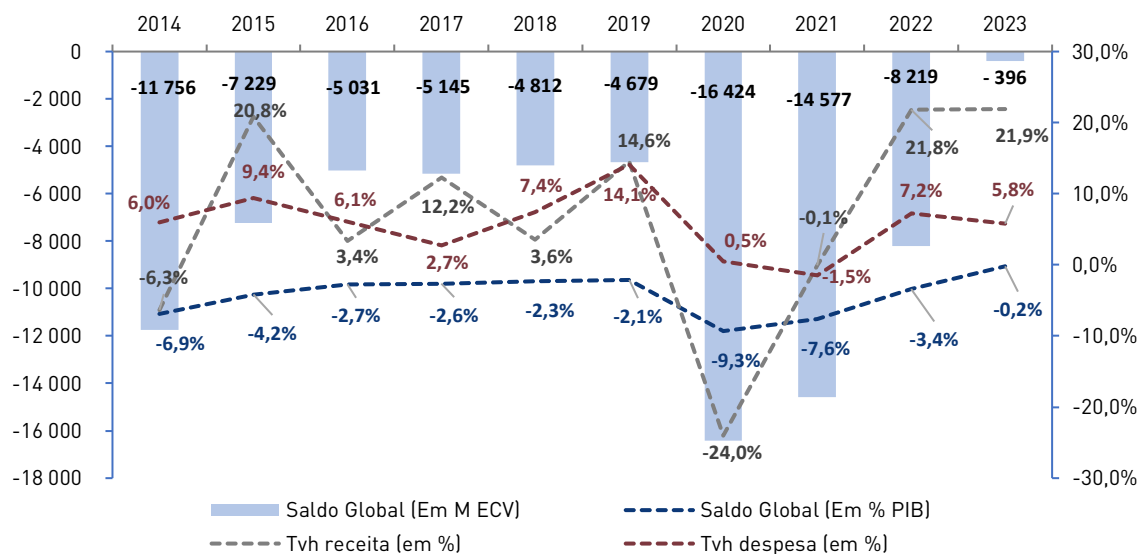
A análise da execução orçamental cabo-verdiana ao longo da última década evidencia diferentes fases, o que se refletiu diretamente na evolução do saldo global e nos comportamentos da receita e despesa pública. O período em análise (2014-2023) pode ser segmentado em três fases distintas:

- ✓ Fase de consolidação pré-pandemia (2014-2019);
- ✓ Fase da deterioração abrupta provocada pela pandemia (2020-2021);
- ✓ Fase da recuperação expressiva no pós-pandemia (2022-2023).

Entre 2014 e 2019, verificou-se um ajustamento progressivo das contas públicas. O saldo global registou uma trajetória de melhoria significativa (redução de 4,8 pontos percentuais), passando de -11.756 milhões de escudos (-6,9 por cento do PIB) em 2014 para -4.679 milhões de escudos (-2,1 por cento do PIB) em 2019. Essa evolução resultou essencialmente do crescimento sustentado da receita pública, aliado a uma taxa de crescimento menor das despesas, o que se refletiu numa consolidação orçamental gradual.

Gráfico 2 – Evolução do saldo global no período 2014-2023

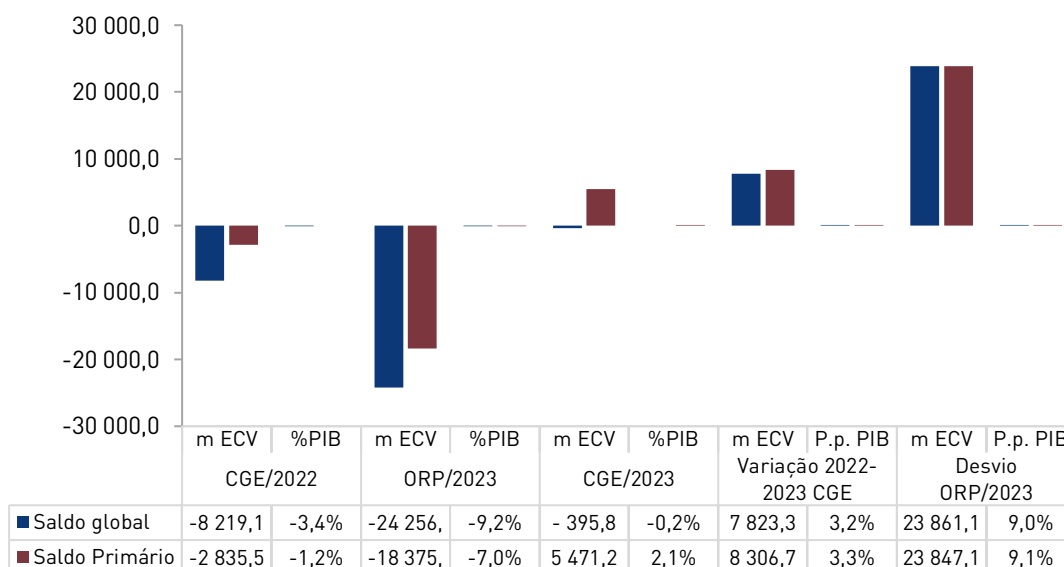
(em milhões de escudos e percentagem)



Fontes: Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos do CFP

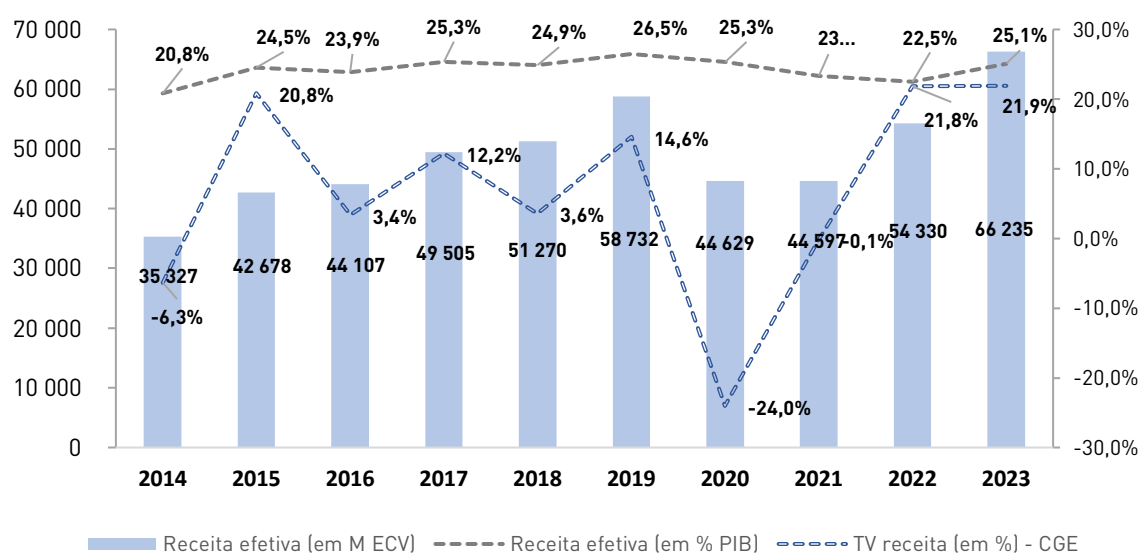
Esta trajetória foi, contudo, interrompida em 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19. Nesse ano, o saldo global deteriorou-se significativamente para -16.424 milhões de escudos (-9,3 por cento do PIB), o valor mais elevado da década. Este agravamento resultou da contração acentuada da atividade económica, traduzida numa quebra abrupta da receita pública (-24,0 por cento), bem como do aumento das despesas para fazer face às medidas de mitigação dos efeitos da crise sanitária. Em 2021, apesar de uma recuperação parcial, o saldo manteve-se elevado em -14.577 milhões de escudos (-7,6 por cento do PIB), dada a continuidade dos apoios públicos.

A partir de 2022, teve início um processo de recuperação. Nesse ano, o défice reduziu-se para 8.219 milhões de escudos (-3,4 por cento do PIB), refletindo a retoma da atividade económica e um crescimento expressivo da receita pública. Em 2023, o saldo global melhorou significativamente, situando-se em -395,8 milhões de escudos (-0,2 por cento do PIB), aproximando-se do equilíbrio orçamental. Este resultado representa um desvio positivo substancial face ao défice previsto no Orçamento Reprogramado de 2023, que estimava um valor de -24.256,9 milhões de escudos (-9,2 por cento do PIB). Destaca-se ainda a obtenção de um superavit primário de 5.471,2 milhões de escudos (2,1 por cento do PIB), sinalizando uma trajetória de consolidação orçamental.

Gráfico 3 – Saldos global e primário em 2022 e 2023*(em milhões de escudos e percentagem)*

Fontes: Relatórios da CGE/2022 a 2023. Cálculos do CFP

Este desempenho positivo resulta, em larga medida, da evolução favorável da receita pública. Em 2023, a receita efetiva ascendeu a 66.235 milhões de escudos (25,1 por cento do PIB), evidenciando um crescimento nominal de 21,9 por cento face ao ano anterior. Esta evolução favorável foi impulsionada por uma forte recuperação económica e melhorias na eficiência da administração fiscal, o que permitiu assegurar um aumento robusto das receitas fiscais e não fiscais.

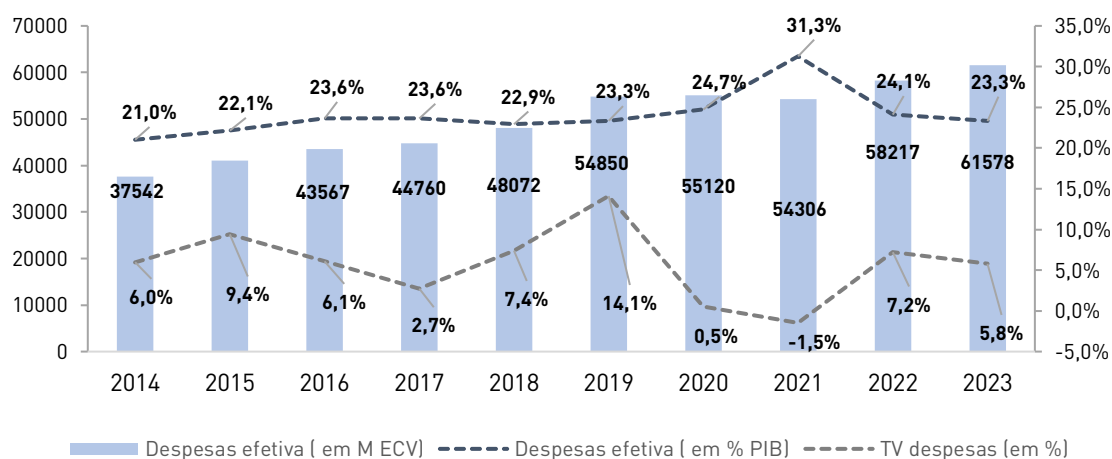
Gráfico 4 – Evolução da receita efetiva, 2014-2023*(em milhões de escudos e percentagem)*

Fontes: Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos do CFP

A despesa pública registou um crescimento moderado. Em 2023, a despesa efetiva atingiu 61.578 milhões de escudos (23,3 por cento do PIB), representando um aumento de 5,8 por cento face ao ano anterior. Apesar do acréscimo nominal, o ritmo de crescimento da despesa foi inferior ao da receita, refletindo um reforço do rigor na execução orçamental. Este controlo foi favorecido pela redução progressiva das despesas excecionais relacionadas com a pandemia e por uma gestão prudente das despesas correntes.

Gráfico 5 – Evolução da despesa efetiva, 2012-2023

(em milhões de escudos e percentagem)



Fontes: Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos do CFP

Em 2023, a evolução conjunta da receita e da despesa permitiu uma melhoria significativa no saldo das contas públicas. O forte aumento da receita, aliado a um controlo eficaz da despesa, proporcionou um ajustamento substancial, tanto em relação ao ano anterior — com uma melhoria de 7.823 milhões de escudos (3,2 pontos percentuais) — como face à previsão do Orçamento Reprogramado — com um desvio positivo de 23.861 milhões de escudos (9,0 pontos percentuais). Este desempenho reforça a trajetória de consolidação das finanças públicas e contribui para a sustentabilidade do equilíbrio orçamental no médio prazo. Paralelamente, fortalece a confiança na política orçamental e apoia uma redução gradual e sustentada da dívida pública.

4.2 ANÁLISE DO SALDO DOS SUBSETORES (2022 E 2023)

A análise dos saldos dos diferentes subsectores das Administrações Públicas entre 2022 e 2023 evidencia uma melhoria significativa do saldo global, sustentada sobretudo pela Administração Central e pelo contributo positivo do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em 2022, o saldo da Administração Central apresentava-se deficitário de 8.236,2 milhões de escudos, tendo melhorado para -455,1 milhões de escudos em 2023, o que

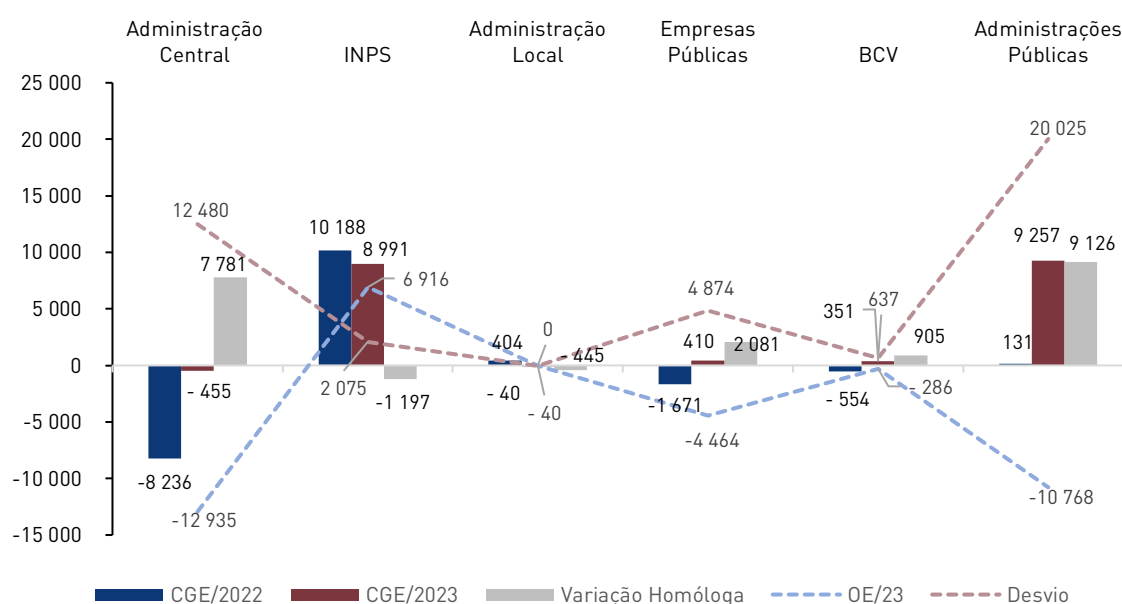
representa uma variação homóloga positiva de 7.781 milhões de escudos. O Estado, enquanto principal componente da Administração Central, contribuiu decisivamente para esta evolução, com uma melhoria do saldo de 7.823 milhões de escudos. Em sentido oposto, as Autoridades Administrativas Independentes agravaram ligeiramente o défice, apresentando um saldo negativo mais expressivo em 2023 (-59,3 milhões de escudos) face a 2022.

No caso do INPS, observou-se uma redução do excedente orçamental, passando de 10.188 milhões de escudos em 2022 para 8.991 milhões de escudos em 2023, o que corresponde a uma diminuição de 1.197 milhões de escudos. Apesar desta redução, o INPS manteve um contributo positivo relevante para o saldo agregado das Administrações Públicas.

A combinação da Administração Central com o INPS resultou num saldo conjunto de 1.952 milhões de escudos em 2022, que se elevou para 8.536 milhões de escudos em 2023, refletindo um acréscimo significativo de 6.584 milhões de escudos.

Gráfico 6 – Saldo Global, 2022 – 2023, por subsetor

(em milhões de escudos)



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2022 a 2023. Cálculos do CFP

Relativamente à Administração Local, verificou-se um ligeiro agravamento do saldo, que passou de um excedente de 404,1 milhões de escudos para um défice de 40,4 milhões de escudos em 2023, traduzindo um contributo negativo, embora de magnitude reduzida. Já no subsector das Empresas Públicas, registou-se uma inversão significativa, com o saldo a melhorar de -1.671,2 milhões de escudos em 2022 para 410 milhões de escudos, contribuindo de forma decisiva para a melhoria do saldo global. O Banco de Cabo Verde (BCV) também apresentou uma evolução positiva, passando de um défice de 553,9 milhões de escudos para um excedente de 351,2 milhões de escudos.

Em termos agregados, o saldo das Administrações Públicas passou de 131 milhões de escudos em 2022 para 9.256,7 milhões de escudos em 2023, o que representa uma melhoria substancial de 9.125,7 milhões de escudos. Este ajustamento foi alicerçado, sobretudo, no desempenho favorável da Administração Central, no resultado positivo das Empresas Públicas e do BCV, bem como no contributo do INPS.

Adicionalmente, a análise dos desvios face ao Orçamento do Estado para 2023 reforça a leitura positiva da execução orçamental ao nível dos subsetores. A Administração Central registou um desvio positivo de 12.480 milhões de escudos, explicando em larga medida o ajustamento observado no saldo global. Também o INPS superou a previsão orçamental, com um desvio positivo de 2.075 milhões de escudos, mantendo-se como pilar de estabilidade no saldo agregado das Administrações Públicas. No subsetor das Empresas Públicas, a execução superou igualmente as expectativas, com um desvio favorável de 4.874 milhões de escudos, resultado da reversão do défice registado em 2022. Já o Banco de Cabo Verde (BCV) apresentou um desvio positivo de 637 milhões de escudos.

No conjunto, o desvio positivo do saldo das Administrações Públicas ascendeu a 20.025 milhões de escudos, refletindo uma execução orçamental mais favorável do que o previsto no OE/2023, o que reforça a credibilidade da política orçamental adotada e mostra que os mecanismos de controlo da despesa pública estão a funcionar com eficácia.

4.3 CONTRIBUTOS PARA A VARIAÇÃO DA RECEITA E DESPESA EFETIVA E DESVIOS DO SALDO ORÇAMENTAL

A melhoria do saldo orçamental em 2023 foi impulsionada pelo crescimento da receita e uma execução prudente da despesa, refletindo-se num desvio positivo significativo face ao saldo previsto no orçamento reprogramado (ORP) para o mesmo ano.

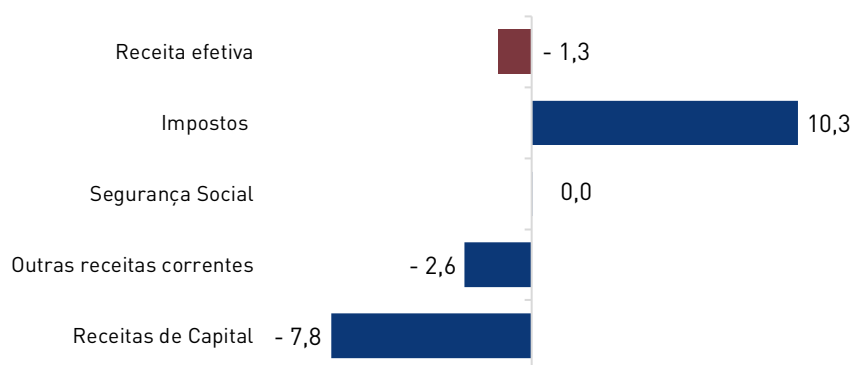
4.3.1 Receita efetiva: contributos para a variação e desvios

No lado da receita, observou-se um aumento robusto de 21,9 por cento em termos homólogos, alcançando 66.235 milhões de escudos, valor ligeiramente inferior ao estimado no orçamento reprogramado (66.935 milhões de escudos), o que resultou num desvio negativo de 700 milhões de escudos. Contudo, os contributos internos das rubricas revelaram variações significativas entre as diferentes rubricas.

As receitas fiscais foram o principal motor do crescimento da receita efetiva, com os impostos a registarem um aumento de 10,3 pontos percentuais em relação ao objetivo do orçamento reprogramado (ORP/2023), o que permitiu arrecadar 49.961 milhões de escudos — cerca de 5.611 milhões acima do projetado no orçamento reprogramado. Este desempenho foi impulsionado por uma conjugação entre recuperação económica e reforço da eficiência na arrecadação fiscal. As contribuições sociais apresentaram uma evolução estável, com um ligeiro desvio positivo de 18 milhões de escudos.

Já as outras receitas correntes, apesar de terem registado um crescimento homólogo de 67,1 por cento, ficaram abaixo do estimado, contribuindo com um desvio negativo de 1.418 milhões de escudos. As receitas de capital, por sua vez, totalizaram apenas 855 milhões de escudos, muito aquém dos 5.077 milhões previstos, penalizando o desempenho global da receita com um desvio negativo de 4.223 milhões de escudos. Em síntese, embora a receita total tenha ficado em linha com o previsto no ORP/2023, a sua composição revela uma forte dependência da receita fiscal, enquanto outras fontes de receita ficaram significativamente aquém do esperado.

Gráfico 7 – Contributos para a variação da receita efetiva
(em pontos percentuais, face a 2022)



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2022 a 2023. Cálculos do CFP

4.3.2 Despesa efetiva: contributos para a variação e desvios

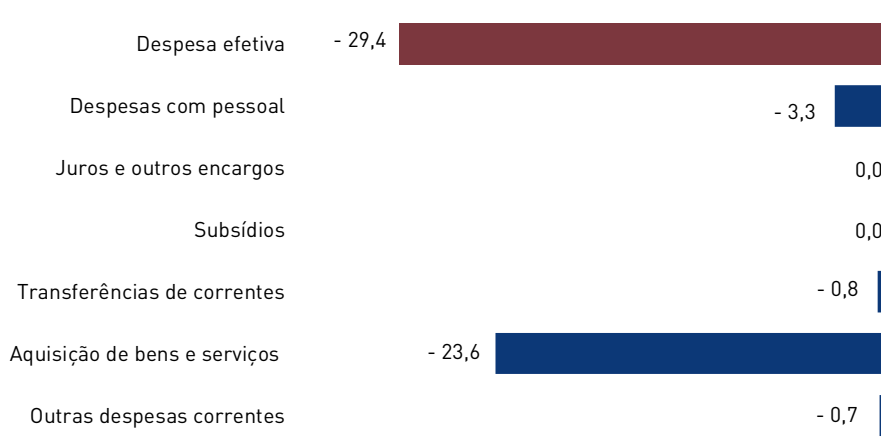
No que respeita à despesa pública, a execução ficou consideravelmente abaixo do previsto no Orçamento reprogramado de 2023 (ORP/2023), refletindo uma contenção orçamental significativa. A despesa efetiva totalizou 61.578 milhões de escudos, correspondendo a um aumento homólogo de 5,8 por cento, bastante inferior aos 35,1 por cento estimados no ORP/2023. Esta diferença traduziu-se numa subexecução de aproximadamente 17.091 milhões de escudos face ao montante autorizado de 78.669 milhões de escudos. Esta subexecução foi determinante para o desvio positivo observado no saldo orçamental.

Entre as rubricas de despesa, a que mais contribuiu para esta dinâmica foi a aquisição de bens e serviços, cuja execução, no montante de 12.676 milhões de escudos, ficou 13.763 milhões abaixo do valor autorizado, o que representa uma redução de 23,6 pontos percentuais face à meta estabelecida no ORP/2023. Este ajustamento evidencia um esforço de racionalização dos gastos operacionais do Estado. Também as despesas com pessoal contribuíram para o desvio positivo, registando uma subexecução de 1.950 milhões de escudos e um crescimento homólogo moderado de apenas 1,8 por cento.

As outras componentes da despesa, como as transferências correntes, os benefícios sociais e os juros da dívida, registaram igualmente valores abaixo do previsto, ainda que com impacto menos expressivo. A única exceção parcial a esta tendência foi a ligeira

subida dos subsídios, que, embora não tenham ultrapassado o montante orçamentado, registaram uma variação positiva face ao ano anterior. Em termos gerais, o perfil da despesa em 2023 foi marcado por uma gestão seletiva e contida, centrada no controlo das despesas correntes, sobretudo as de natureza operacional.

Gráfico 8 – Contributos para a variação da despesa efetiva
(em pontos percentuais, face a 2022)



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2022 a 2023. Cálculos do CFP

4.3.3 Saldo Global: Execução vs. Previsão

Em 2023, o saldo orçamental apresentou uma melhoria significativa face às previsões do ORP/2023. No final do ano, registou-se um saldo global positivo de 4.657 milhões de escudos, em contraste com o défice projetado de 11.734 milhões de escudos, traduzindo um desvio favorável de 16.391 milhões de escudos. Este desempenho destaca-se pela sua relevância e evidencia uma gestão orçamental mais equilibrada e eficaz do que a inicialmente estimada.

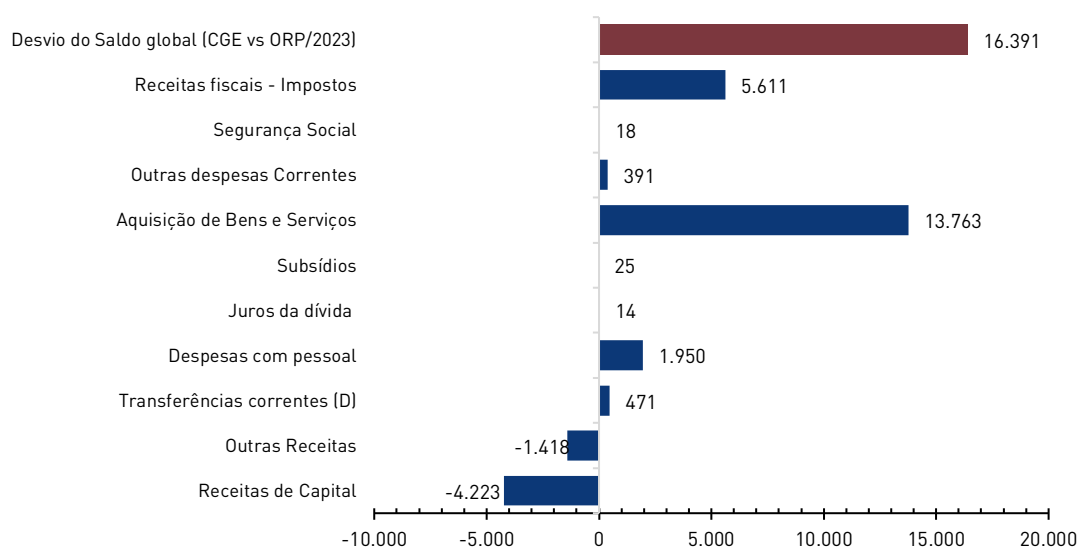
O total da despesa efetiva situou-se em 61.578 milhões de escudos, ficando 17.091 milhões abaixo do limite autorizado no ORP/2023. Esta subexecução foi generalizada entre várias rubricas, com destaque para a aquisição de bens e serviços, cuja execução ficou cerca de 14 mil milhões de escudos aquém do previsto, e para as despesas com pessoal, com um desvio de aproximadamente 2 mil milhões. Também as transferências correntes e os benefícios sociais apresentaram níveis de execução inferiores aos estimados, embora com diferenças mais moderadas. No conjunto, a despesa corrente primária — excluindo os encargos com juros — foi quase 17 mil milhões de escudos inferior ao valor projetado, contribuindo de forma decisiva para o desempenho orçamental positivo observado.

Do lado da receita, apesar do desempenho global positivo, os resultados ficaram ligeiramente aquém do previsto. A receita efetiva totalizou 66.235 milhões de escudos, registando um desvio negativo de 700 milhões de escudos face à estimativa de 66.935 milhões constante no ORP/2023. No entanto, este resultado agregado oculta variações

significativas entre os diferentes componentes da receita. As receitas fiscais superaram amplamente as previstas no ORP/2023, com um desvio positivo de 5.611 milhões de escudos. Em contrapartida, as outras receitas correntes e, sobretudo, as receitas de capital, ficaram muito abaixo das metas estabelecidas, apresentando desvios negativos de 1.418 milhões e 4.223 milhões de escudos, respetivamente.

Gráfico 9 – Principais contributos para o desvio no saldo executado face ao ORP/2023

(em milhões de escudos)



Fontes: Relatórios da CGE/2023. Cálculos do CFP

O saldo global registado em 2023 refletiu uma gestão mais criteriosa da despesa pública e uma arrecadação fiscal superior às previsões. O saldo final traduz a orientação da política orçamental para a estabilidade e para a definição de metas compatíveis com os contextos económico e financeiro. Além disto, este resultado não só melhora a posição financeira do Estado no curto prazo, como também reforça a confiança na gestão das contas públicas e contribui para manter a dívida pública numa trajetória sustentável ao longo do tempo.

Tabela 3 – Operações financeiras*(em milhões de escudos)*

	Janeiro - dezembro					Ref. Anual				
	Execução		Variação Homóloga		Contributo	ORP/23	Variação OE/23		Contributo	Desvio
	2022	2023	CVE	por cento	p.p.		CVE	por cento	p.p.	
Receitas correntes	53 502	65 380	11 878	22,2	21,9	61 857	8 355	15,6	15,4	3 523
Receitas fiscais - Impostos	44 206	49 961	5 755	13,0	10,6	44 350	144	0,3	0,3	5 611
Segurança Social	82	89	7	9,1	0,0	71	-10	-12,6	0,0	18
Transferências correntes	1 802	2 941	1 139	63,2	2,1	3 628	1 826	101,3	3,4	-687
Outras Receitas	7 413	12 390	4 977	67,1	9,2	13 808	6 395	86,3	11,8	-1 418
Despesas correntes	57 786	61 128	3 343	5,8	5,7	77 970	20 184	34,9	34,7	-16 842
Despesas com pessoal	22 603	23 010	407	1,8	0,7	24 960	2 357	10,4	4,0	-1 950
Aquisição de Bens e Serviços	10 709	12 676	1 968	18,4	3,4	26 439	15 730	146,9	27,0	-13 763
Juros da dívida	5 384	5 867	483	9,0	0,8	5 881	497	9,2	0,9	-14
Subsídios	1 965	2 575	611	31,1	1,0	2 601	636	32,4	1,1	-25
Transferências correntes	5 221	5 395	175	3,3	0,3	5 866	645	12,4	1,1	-471
Benefícios Sociais	9 014	9 666	652	7,2	1,1	9 895	881	9,8	1,5	-229
Outras despesas Correntes	2 891	1 938	-953	-33,0	-1,6	2 329	-562	-19,4	-1,0	-391
Saldo Corrente	-4 283	4 252	8 535			-16 113	-11 829			20 365
Receitas de Capital	828	855	27	3,2	0,0	5 077	4 249	513,1	7,8	-4 223
Despesas de Capital	431	450	19	4,4	0,0	699	268	62,3	0,5	-249,3
Receita Efetiva	54 331	66 235	11 905	21,9	21,9	66 935	12 604	23,2	23,2	-700
Despesa efetiva	58 217	61 578	3 361	5,8	5,8	78 669	20 452	35,1	35,1	-17 091
SALDO GLOBAL	-3 886	4 657	8 543			-11 734	-7 848			16 391
<i>Por memória:</i>										
Receita fiscal	44 206	49 961	5 755	13,0	10,6	44 350	144	0,3	0,3	5 611
Contribuições Sociais	82	89	7	9,1	0,0	71	-10	-12,6	0,0	18
Despesa Corrente Primária	52 402	55 261	2 859	5,5	4,9	72 089	19 687	37,6	33,8	-16 828

Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2022 a 2023. Cálculos do CFP

5 DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública em Cabo Verde tem sido um instrumento essencial para financiar o desenvolvimento num contexto marcado por limitações estruturais e elevada vulnerabilidade externa. Com uma economia fortemente dependente do turismo, o recurso ao endividamento tem permitido impulsionar investimentos estratégicos, embora imponha desafios à sustentabilidade fiscal. Dado que a dívida é acumulativa e reflete decisões de política económica ao longo do tempo, uma análise restrita ao período de 2021-2023 pode ser insuficiente para compreender plenamente a sua trajetória. Assim, a análise do período 2014-2023 permite captar tendências estruturais, impactos de choques externos e avaliar a relação da dívida com o crescimento económico, receitas e despesas públicas. Uma perspetiva de médio e longo prazo é essencial para formular recomendações fiscais sólidas e evitar conclusões precipitadas com base em variações de curto prazo.

5.1 A DÍVIDA DIRETA DO ESTADO

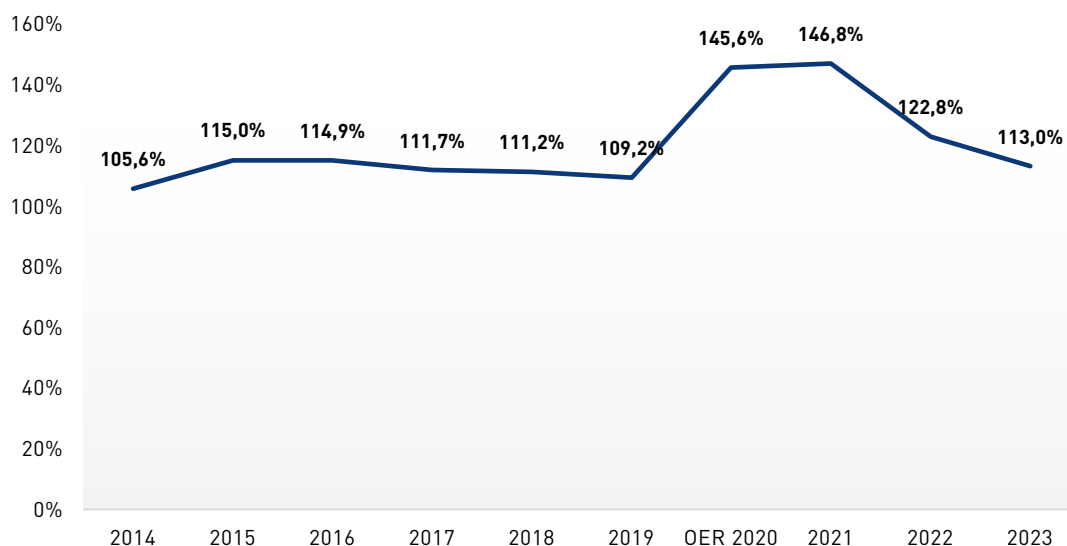
A gestão da dívida pública direta do Estado é regida pela Lei n.º 43/IX/2018, de 28 de dezembro de 2018, que estabelece os procedimentos para a emissão, constituição e gestão da dívida pública, abrangendo tanto o financiamento interno quanto externo para a execução dos programas de investimento do setor público. Essa legislação se aplica a todas as entidades do setor público, com exceção das autarquias locais, que são regidas por normas específicas. Complementando esse quadro normativo, a Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, introduziu limites específicos para o endividamento da administração central, visando reforçar a estabilidade orçamental. Dentre as suas disposições, destaca-se a regra que a dívida pública, interna e externa, de curto e médio prazos, não deve ultrapassar 60 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, e a dívida pública de longo prazo não deva exceder os 80 por cento do PIB.

Assim, a gestão da dívida pública direta do Estado em Cabo Verde segue um enquadramento legal estruturado, que visa equilibrar a necessidade de financiamento com a sustentabilidade fiscal e a confiança dos mercados.

5.1.1 Dinâmica e composição da dívida pública (interna e externa)

A evolução da dívida pública em percentagem do PIB entre 2014 e 2023 destaca quatro momentos chave, conforme ilustra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Dinâmica da dívida publica 2014 a 2023



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaboração CFP.

Primeiro, o aumento acentuado de 9,4 pontos percentuais entre 2014 e 2015, passando de 105,6 por cento para 115,0 por cento do PIB. Depois, uma fase de redução gradual até 2019, quando atingiu 109,2 por cento do PIB. Em 2020, regista-se uma subida abrupta para 145,6 por cento devido ao impacto severo da pandemia e a adoção de medidas de emergência para mitigar os seus efeitos sociais e económicos. Por fim, entre 2021 e 2023, observa-se uma queda significativa de 33,8 pontos percentuais, com a dívida a recuar de 146,8 por cento para 113,0 por cento do PIB, refletindo o crescimento económico e uma gestão fiscal mais eficiente.

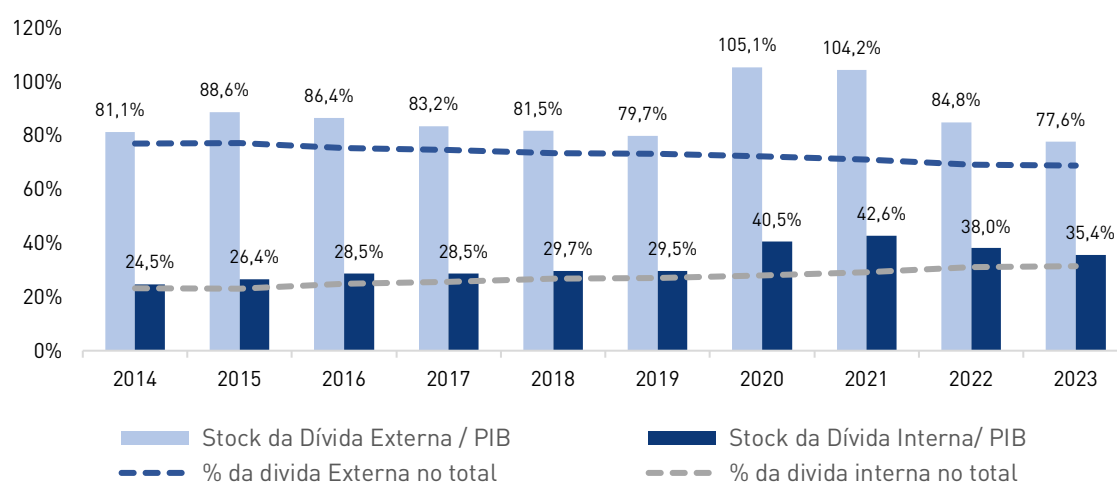
Ainda assim, a dívida permanece acima dos níveis pré-pandemia e dos limites legais estabelecidos (80 por cento do PIB, conforme número 3 do artigo 14º da Lei nº55/IX/2019 de 1 de julho). Tal situação exige prudência contínua na gestão orçamental, reforço da disciplina fiscal e aprofundamento de reformas estruturais que promovam a eficiência da despesa pública e a diversificação da base produtiva do país.

Entre 2014 e 2023, a composição da dívida pública de Cabo Verde revela uma tendência gradual de diversificação das fontes de financiamento, com um aumento do peso da dívida interna no total da dívida. Em 2014, a dívida externa representava 76,8 por cento do endividamento público, face a 23,2 por cento da dívida interna. Essa proporção evoluiu de forma consistente ao longo da década, culminando em 2023 com uma participação de 68,7 por cento para a dívida externa e 31,3 por cento para a dívida interna. Esta mudança reflete uma estratégia deliberada de diversificação das fontes de

financiamento, procurando reduzir a dependência do crédito externo e, consequentemente, mitigar a vulnerabilidade a choques exógenos, como flutuações cambiais ou alterações nas condições internacionais de crédito.

Em termos do PIB, a dívida externa passou de 81,1 por cento em 2014 para 77,6 por cento em 2023, após ter atingido um pico de 105,1 por cento em 2020. Em sentido inverso, a dívida interna subiu de 24,5 por cento para 35,4 por cento do PIB no mesmo período. Apesar de a dívida externa continuar a representar a maior parte do endividamento, o reforço do mercado interno como fonte de financiamento constitui um passo relevante para o fortalecimento da resiliência financeira do país.

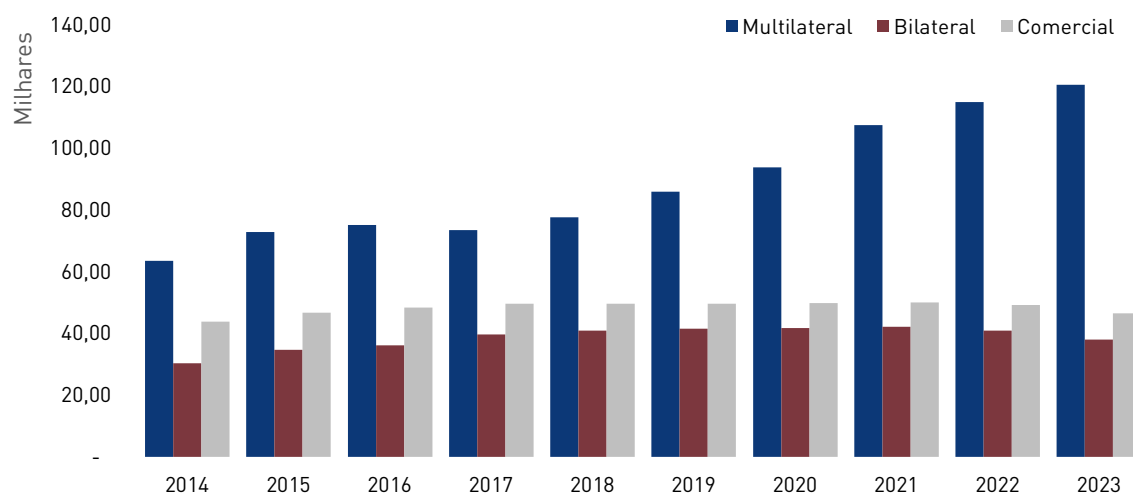
Gráfico 11 – Dinâmica da dívida interna e externa (por cento do total e por cento do PIB)



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaborado pelo CFP

Em 2023, a dívida externa de Cabo Verde continua concentrada em três categorias principais: multilateral (58,85 por cento), bilateral (18,5 por cento) e comercial (22,65 por cento). A dívida multilateral mais do que duplicou desde 2014, destacando-se o Banco Mundial/IDA e o Banco Africano de Desenvolvimento como principais credores (vide gráficos 12 e 13) em 2023, e o aumento da participação do FMI a partir de 2020, no contexto da resposta à pandemia.

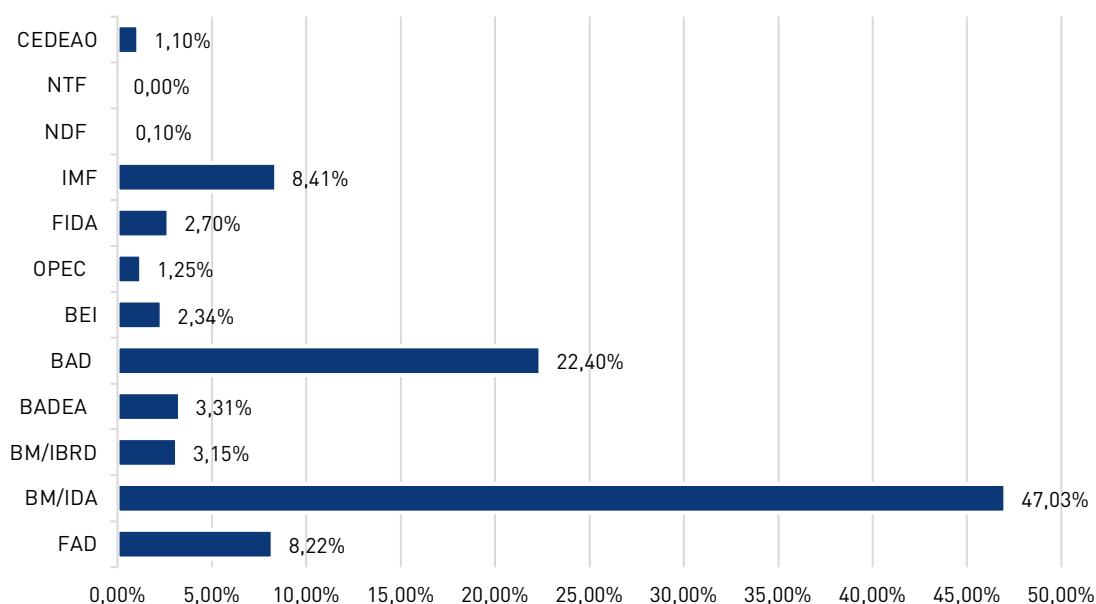
Gráfico 12 – Stock dívida externa por tipo de credor



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaborado pelo CFP

A redução da dívida bilateral e comercial sugere uma reconfiguração da estratégia de captação de recursos, com maior ênfase em organismos multilaterais.

Gráfico 13 – Dívida Multilateral por credor

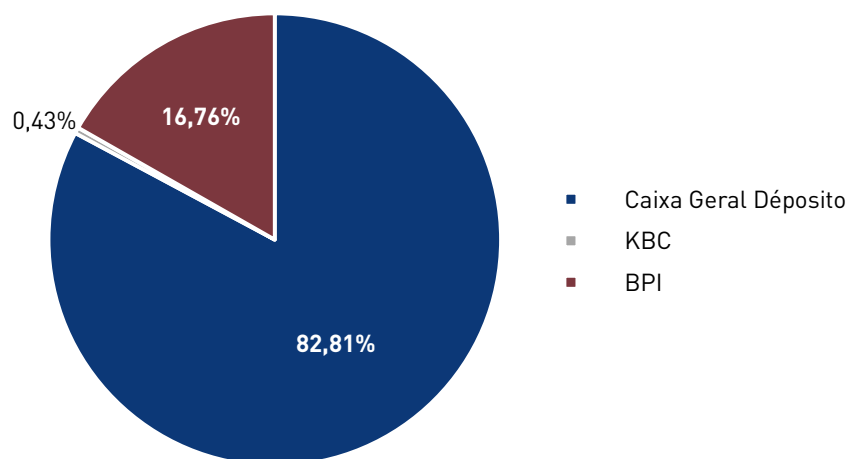


Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaborado pelo CFP

Esta predominância da dívida multilateral, embora represente uma concentração, é acompanhada de vantagens estratégicas importantes: melhores condições financeiras (juros baixos, prazos longos), maior estabilidade, acesso a apoio técnico e reforço da credibilidade externa. Assim, constitui uma âncora de estabilidade e sustentabilidade para a economia cabo-verdiana.

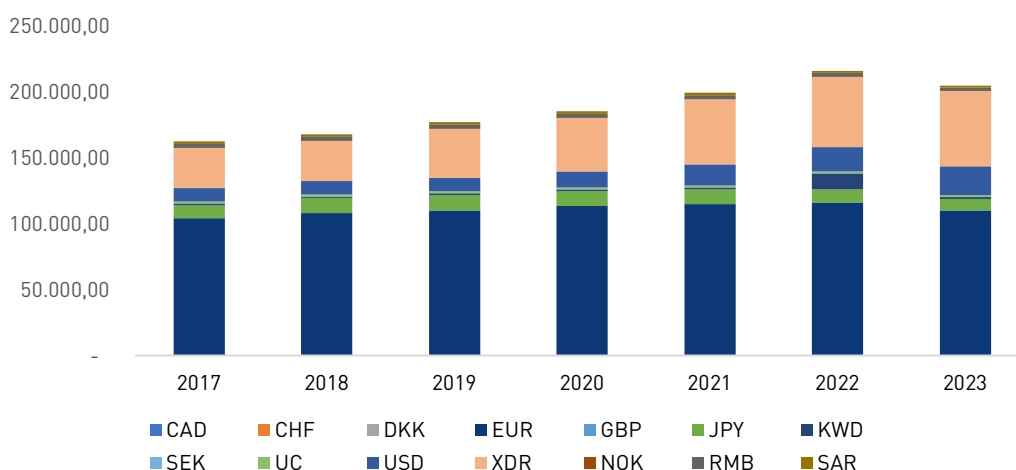
A dívida bilateral, embora mais modesta, permite maior flexibilidade negocial, com Portugal como principal parceiro. Já a dívida comercial, mais exposta ao risco, está altamente concentrada na Caixa Geral de Depósitos (82,8 por cento, gráfico 14), o que representa um fator de vulnerabilidade, dada a dependência de um único credor que pode reduzir a capacidade de negociação, aumentar a exposição a alterações unilaterais nas condições de financiamento e limitar a resiliência financeira em cenários adversos.

Gráfico 14 – Dívida Bilateral por credor 2023



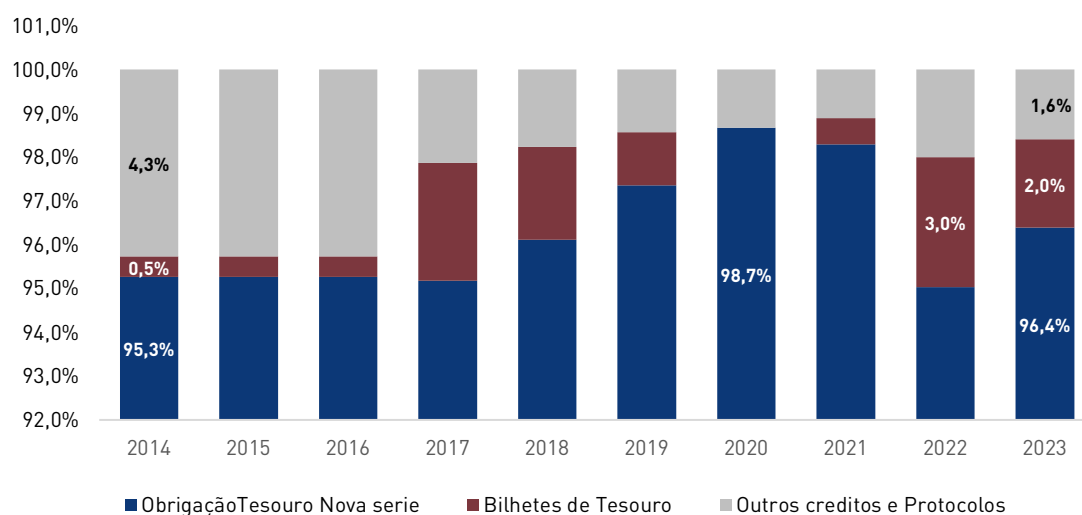
Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaborado pelo CFP

O stock da dívida por moeda de contratação aumentou de 162,4 mil milhões escudos em 2017 para um pico de 215,8 mil milhões em 2022, antes de recuar para 204,7 mil milhões em 2023, refletindo uma variação negativa de 5,2 por cento. O euro (EUR) manteve-se como a principal moeda da dívida, apesar de uma redução de 5,0 por cento em 2023. Destaca-se o crescimento expressivo da dívida em dólares (USD), que aumentou quase 20 por cento entre 2022 e 2023, e o contínuo reforço da dívida em Direitos Especiais de Saque (XDR), com crescimento de 7,6 por cento no mesmo período. Em contraste, várias moedas como o CAD, JPY, DKK, NOK e RMB registaram quedas sucessivas, indicando uma possível reestruturação da carteira cambial da dívida. Esta evolução evidencia uma crescente exposição ao dólar e aos XDR, o que pode aumentar a vulnerabilidade externa, sobretudo perante flutuações cambiais e alterações na política monetária global. O gráfico 15 ilustra essa dinâmica do stock da dívida externa por moeda de contratação.

Gráfico 15 – Dinâmica dívida externa por moeda contratação

Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaborado pelo CFP

A dívida interna é composta maioritariamente por Obrigações do Tesouro (Nova Série), que representam a fatia mais expressiva do stock total (96,4 por cento). Este instrumento cresceu de 39,6 mil milhões em 2014 para 90 mil milhões em 2023. Os Bilhetes do Tesouro, por outro lado, têm uma presença mais volátil, com um pico em 2021 (2,7 mil milhões), seguido de uma queda significativa em 2023 (-30,9 por cento). Os Outros Créditos e Protocolos mostram oscilações, com aumento acentuado em 2022 (+103,3 por cento), mas recuo em 2023 (-19,2 por cento), gráfico 16.

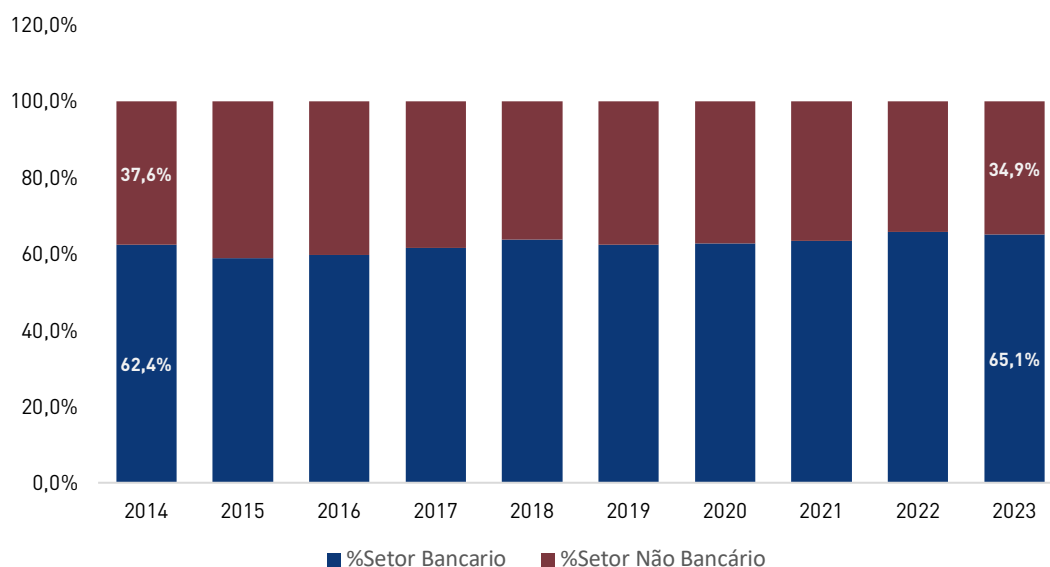
Gráfico 16 – Dívida Interna por instrumento

Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos e elaboração do CFP

Esta evolução reflete uma maior mobilização de financiamento interno nos últimos anos, sendo importante acompanhar a sua sustentabilidade e o impacto nos custos de financiamento do Estado.

A nível da distribuição do stock da dívida interna por setor, o setor bancário é o maior credor interno (65,1 por cento em 2023), embora a sua capacidade de absorção tenha estagnado. O BCV reduziu significativamente a sua participação, ao passo que o INPS continua a ser um credor relevante através das obrigações.

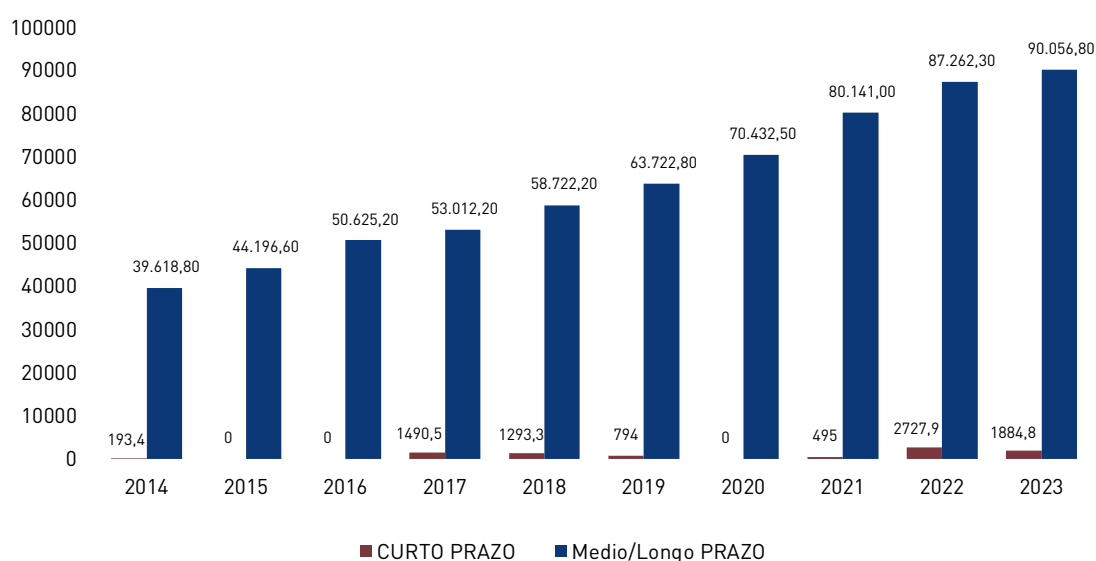
Gráfico 17 – Dinâmica da dívida interna por setor



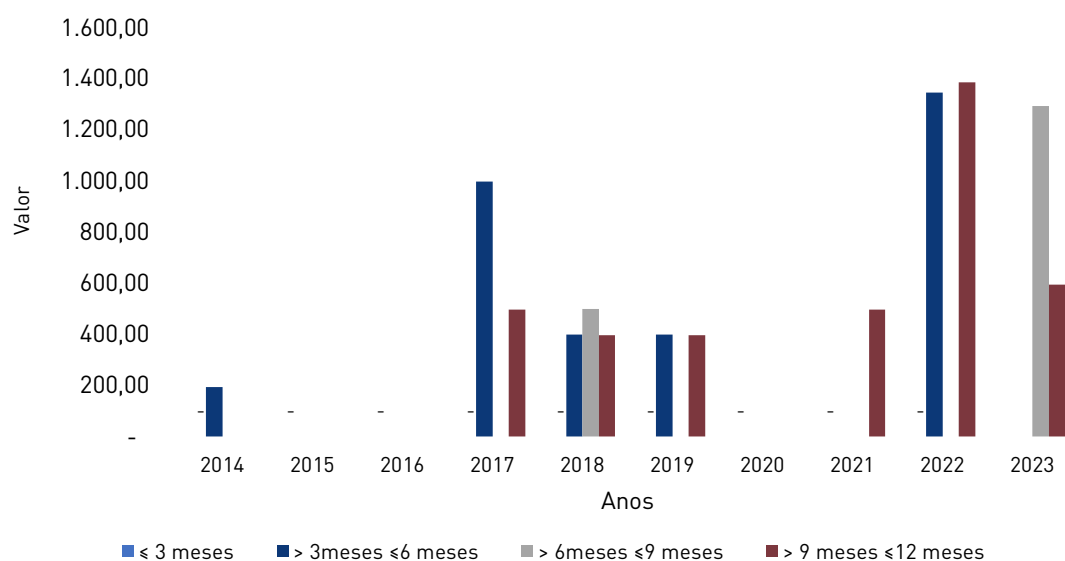
Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos e elaboração do CFP

Quanto à maturidade, a dívida continua maioritariamente concentrada no médio e longo prazo, o que favorece a sustentabilidade. A redução da dívida de curto prazo em 2023 reforça essa tendência, demonstrando uma gestão mais prudente e menos dependente de financiamento emergencial.

Gráfico 18 – Evolução da dívida interna por maturidade

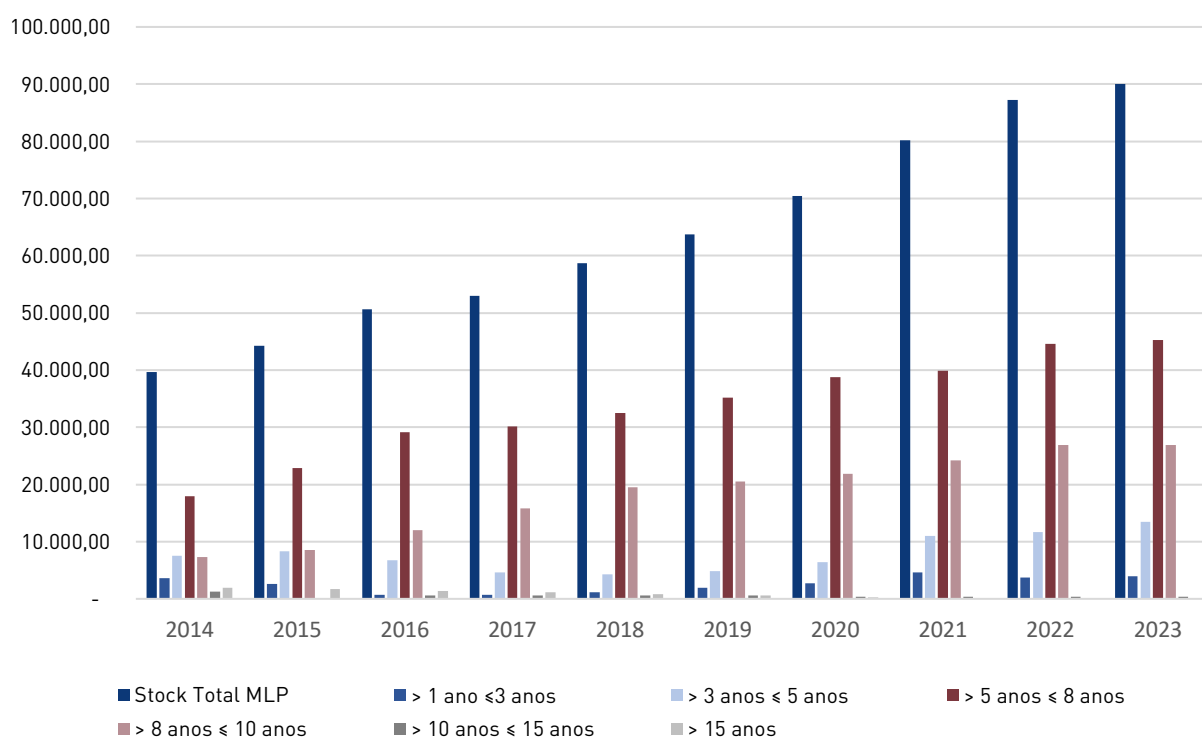


Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaboração do CFP

Gráfico 19 – Dívida interna de curto prazo

Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos e elaboração do CFP

Nos de médio longo prazos, há um maior crescimento na faixa 5 a 8 anos, indicando que o governo pode estar preferindo prazos intermediários.

Gráfico 20 – Dívida interna de médio e longo prazos

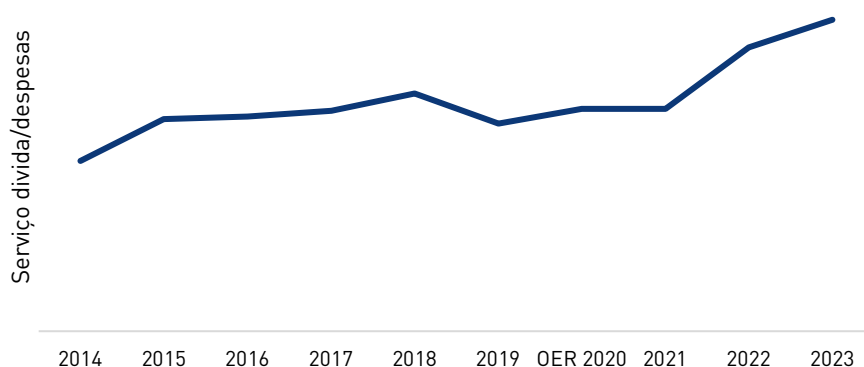
Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos e elaboração do CFP

Constata-se que a categoria de **10 a 15 anos** e **acima de 15 anos** foi reduzida significativamente ao longo do tempo.

5.1.2 O peso do serviço da dívida na despesa efetiva

A relação serviço da dívida/despesas efetivas indica a parcela do orçamento destinada ao pagamento da dívida, sendo crucial para avaliar a sustentabilidade fiscal. Entre 2014 e 2018, esta relação cresceu de 22,0 por cento para 30,8 por cento, refletindo o aumento dos encargos da dívida. Após uma breve redução em 2019 (26,8 por cento), estabilizou-se em 28,7 por cento durante a pandemia (2020-2021). Contudo, entre 2022 e 2023, registou-se um aumento significativo, atingindo 40,3 por cento, revelando uma pressão crescente da dívida sobre o orçamento público, reduzindo a margem de manobra do governo para investir em políticas públicas e responder a choques económicos;

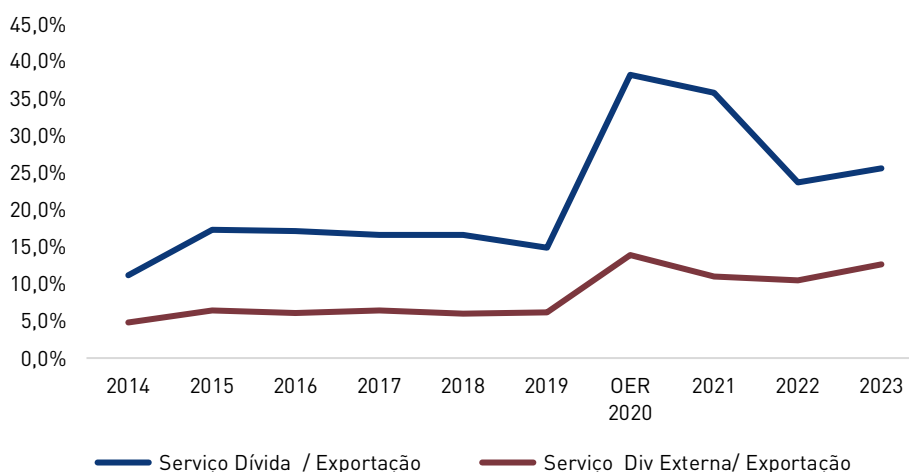
Gráfico 21 – Evolução do Serviço da Dívida / Despesas



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos e elaboração do CFP

O gráfico 22 revela duas dimensões importantes da sustentabilidade externa da dívida de Cabo Verde: o rácio do serviço total da dívida sobre as exportações e o serviço da dívida externa sobre as exportações entre 2014 e 2023.

Gráfico 22 – Serviço Dívida/Exportação e Serviço Dívida externa/Exportação



Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaboração do CFP

Entre 2014 e 2019, o serviço da dívida sobre as exportações manteve-se relativamente estável e controlado, oscilando entre 11,2 por cento e 17,3 por cento. Contudo, em 2020, com o impacto da pandemia, este rácio disparou para 38,2 por cento, refletindo a queda das exportações e o aumento dos encargos da dívida. Apesar de ter descido nos anos seguintes, situando-se em 25,6 por cento em 2023, o valor continua elevado, indicando pressão significativa sobre a capacidade externa de pagamento.

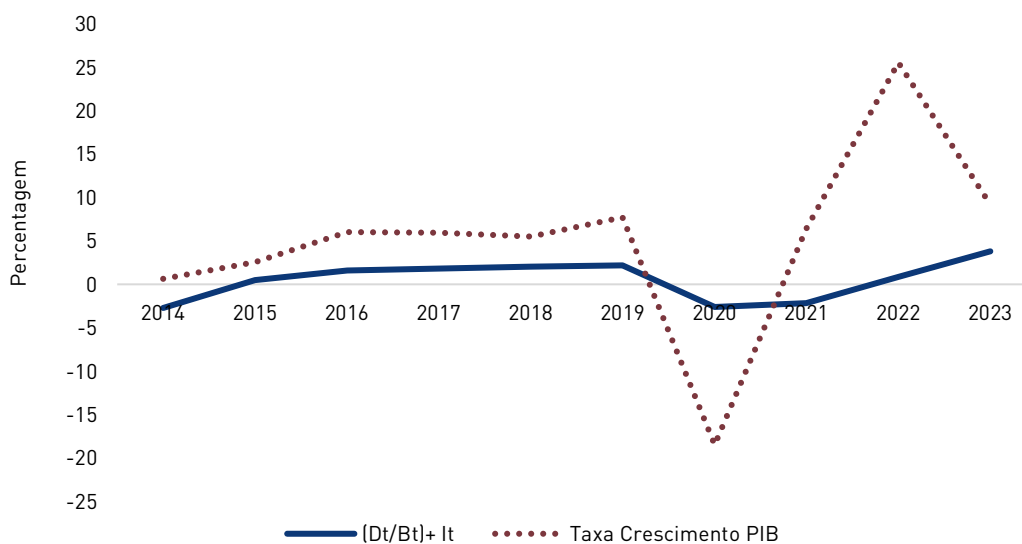
Quanto ao serviço da dívida externa, observou-se um aumento mais moderado, passando de 4,8 por cento em 2014 para 6,1 por cento em 2019, mas também sofreu um pico em 2020 (13,9 por cento). Em 2023, situava-se em 12,7 por cento, um nível acima da média histórica, sugerindo um aumento da exposição externa.

Esta tendência reforça a importância de políticas que promovam o crescimento das exportações e a gestão prudente da dívida externa, de forma a preservar a sustentabilidade externa e reduzir a vulnerabilidade a choques cambiais.

5.1.3 Indicadores de sustentabilidade da dívida

A análise técnica da sustentabilidade da dívida pública de Cabo Verde no período de 2014 a 2023 assenta na comparação entre a soma $\frac{D_t}{B_t} + i_t$ que reflete a pressão da dívida e a taxa de crescimento nominal do PIB. Quando o crescimento nominal do PIB é superior a essa pressão, a dívida tende a ser sustentável, pois a economia cresce mais rapidamente do que os encargos com a dívida.

Gráfico 23 – Sustentabilidade da Dívida: $(D_t/B_t)+i_t$ vs. Crescimento Nominal do PIB



$$\frac{D_t}{B_t} + i_t < g_t$$

Onde:

- D_t = Défice primário no ano t
- B_t = Stock da dívida no ano t
- i_t = Taxa média de juro da dívida
- g_t = Crescimento nominal do PIB

Entre 2014 e 2019, apesar de défices primários negativos, a sustentabilidade foi assegurada pela combinação de taxas de juros moderadas e um crescimento económico estável. Em 2020, no auge da pandemia, o défice primário agravou-se significativamente e a economia registou uma contração acentuada (18,48 por cento), o que comprometeu temporariamente a sustentabilidade da dívida. No entanto, a situação foi rapidamente corrigida e, em 2021, apesar de ainda haver défice, o crescimento voltou a terreno positivo, e a dívida tornou-se novamente sustentável. Nos anos de 2022 e 2023, a recuperação consolidou-se, com forte crescimento do PIB e uma melhoria significativa dos saldos primários), reforçando a sustentabilidade da dívida pública.

A análise dos fatores que influenciaram a evolução da dívida pública de Cabo Verde entre 2014 e 2023, conforme mostra a tabela 4, revela variações significativas dos principais determinantes:

Tabela 4 – Dívida e variação da dívida

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Dívida Pública (% do PIB)	105,60	115,01	114,92	111,67	111,18	109,19	145,6	146,8	122,8	113,0
Saldo primário em % PIB	-4,9	-1,8	-0,4	-0,3	0,0	0,1	-6,4	-5,4	-1,2	2,1
Efeito dinâmico /bola de neve (p.p.)	1,33	-0,20	-4,06	-3,90	-3,36	-5,62	28,33	-5,71	-27,25	-10,35
efeito de juros (p.p.)	1,9	2,4	2,5	2,5	2,4	2,3	3,6	3,0	2,6	0,0
efeito de crescimento (p.p.)	-0,55	-2,65	-6,54	-6,41	-5,80	-7,94	24,75	-8,75	-29,86	-10,35
Ajustamento fluxo-stock	15,7	11,4	4,4	1,0	2,9	3,5	14,5	12,3	4,4	-1,5

Fonte: Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial. Cálculo do CFP.

O saldo primário manteve-se negativo durante a maior parte do período, com os valores mais elevados registados em 2020 (-6,4 por cento do PIB) e 2021 (-5,4 por cento do PIB), refletindo gastos extraordinários para mitigar os efeitos da pandemia. A partir de 2021, observou-se uma trajetória de consolidação orçamental, culminando num excedente de 2,1 por cento do PIB em 2023, evidenciando um ajustamento gradual das contas públicas.

O efeito dos juros manteve-se relativamente estável, mas caiu para 0 por cento em 2023, refletindo custos de financiamento mais baixos.

Já o crescimento económico teve um impacto significativo na redução do rácio da dívida, com destaque para o ano de 2022, em que contribuiu com uma diminuição de -29,86 pontos percentuais no rácio da dívida pública, demonstrando uma recuperação económica robusta. Esta tendência pode traduzir-se num alívio fiscal, desde que o défice primário se mantenha sob controlo.

Por fim, o ajustamento fluxo-stock apresentou variações relevantes, refletindo operações que afetam o nível da dívida sem impacto direto no saldo primário. Em 2020 e 2021, registaram-se aumentos significativos (14,5 pontos percentuais e 12,3 pontos percentuais, respetivamente), associados a medidas extraordinárias, enquanto em 2023 o impacto foi negativo (-1,5 pontos percentuais), contribuindo para a redução do rácio da dívida.

Assim, entre 2014 e 2023, o rácio da dívida pública sem relação ao PIB aumentou 22,8 pontos percentuais, provocada principalmente pela pandemia, mas com sinais claros de reversão nos últimos anos, graças ao crescimento económico robusto e ao reforço da disciplina orçamental.

5.2 ANÁLISE DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO (2014-2023)

A dívida do setor público tem implicações diretas na sustentabilidade das finanças públicas de Cabo Verde, refletindo as necessidades de financiamento do governo central, dos municípios e das empresas do sector empresarial do estado (SEE). Entre 2014 e 2023, a trajetória da dívida passou por diferentes fases, marcadas por períodos de crescimento controlado, pelos impactos da pandemia da COVID-19 e por uma posterior estabilização.

Esta análise examina a evolução da dívida do setor público, destacando as suas principais componentes — dívida do governo central, dívida externa e interna, bem como a participação dos governos locais e do setor empresarial do Estado (SEE). A Tabela 5 indica a evolução da dívida consolidada do setor público ao longo desse período, permitindo visualizar as dinâmicas de crescimento e a composição das responsabilidades financeiras.

O objetivo é compreender as dinâmicas desse endividamento, os fatores que impulsionaram o seu crescimento e os desafios para garantir a sua sustentabilidade no longo prazo.

Tabela 5 – Dívida do Setor Público

(Valores em milhões CVE)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Dívida Setor Público	179 042	200 013	211 924	218 093	229 008	242 222	313 690	351 235	373 533	371 144
Dívida do Governo Central	179 042	200 013	211 924	218 093	229 008	242 222	256 652	280 851	296 617	298 085
Dívida Externa	137 453	154 015	159 352	162 398	167 909,1	176 765	185 272,3	199 310	204 786,2	204 656,4
Dívida Interna	41 588	45 998	52 572	55 695	61 099	65 457	71 380,2	81 541	91 831	93 428,3
Dívida Gov.Local e SEE	0	0	0	0	0	0	57 037,40	70 384,30	76 916,00	73 059,20
Dívida Financeira dos Municípios								7008,8	6702	6550,2
Dívida Financeira SEE							57037,4	63375,5	70214	66509

Obs: Dívida Municípios- dados pelo BCV e SEE contas não auditadas

Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Cálculos e elaboração do CFP

Entre 2014 e 2023, a dívida do setor público cabo-verdiano registou um aumento expressivo, passando de 179.042 milhões de escudos para um pico de cerca de 373.533 milhões de escudos em 2022, com uma ligeira redução para 371.144 milhões de escudos em 2023. Este crescimento foi particularmente acentuado entre 2019 e 2020, reflexo das medidas extraordinárias adotadas pelo Estado em resposta à pandemia da COVID-19. A dívida do governo central continuou a representar a maior parte do endividamento público, acompanhada por uma tendência de crescimento tanto da dívida externa, que subiu de 137.453 milhões de escudos para 204.656 milhões de escudos, como da dívida interna, que mais do que duplicou no período analisado, passando de 41.588 milhões de escudos para 93.428 milhões de escudos, refletindo uma maior mobilização de recursos domésticos.

A partir de 2020, observa-se uma alteração na estrutura do endividamento público cabo-verdiano com a inclusão da dívida dos governos locais e do setor empresarial do Estado (SEE), cujos valores passaram a representar uma fatia considerável — cerca de 57.037 milhões de escudos em 2020, atingindo 76.916 milhões em 2022, antes de recuar ligeiramente para 73.059 milhões de escudos em 2023. A dívida financeira dos municípios manteve-se relativamente estável, oscilando entre 7.008 milhões de escudos em 2021 e 6.550 milhões de escudos em 2023, enquanto a dívida do SEE variou entre 57.037 milhões de escudos em 2020 e 70.214 milhões de escudos em 2022.

Este novo quadro impõe desafios à sustentabilidade das finanças públicas, numa conjuntura marcada por crescente pressão sobre os recursos orçamentais, riscos associados à subida das taxas de juro e à necessidade de reforçar o investimento em setores estratégicos. A consolidação fiscal, acompanhada de uma gestão prudente do endividamento e da melhoria da eficiência dos gastos públicos, será essencial para garantir a resiliência económica de Cabo Verde a médio e longo prazo.

6 RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

As responsabilidades contingentes, também conhecidas como passivos contingentes, representam um potencial risco de impacto financeiro futuro para o setor das Administrações Públicas. As principais fontes desses passivos incluem as garantias concedidas pelo Estado e os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Neste Relatório aborda-se apenas as garantias e avales, uma vez que a Conta Geral do Estado de 2023 não apresenta dados/informações sobre os contratos de Parcerias Público Privadas e eventuais obrigações que daí advêm.

6.1 GARANTIAS E AVALES CONCEDIDOS PELO ESTADO.

As garantias e avales concedidos pelo Estado desempenham um papel crucial na viabilização de investimentos públicos e no apoio às entidades privadas, permitindo-lhes obter financiamento em condições mais favoráveis. No entanto, essas operações também representam potenciais riscos fiscais, uma vez que, caso a entidade beneficiária não cumpra com as suas obrigações, o Estado poderá ser chamado a honrar os compromissos assumidos.

Em 2023, foram autorizadas garantias do Estado no montante global de 4.095 milhões de escudos, garantias prestadas ao abrigo das disposições preceituadas no Decreto-Lei nº42/2018, de 29 de junho, e respeitando os limites estipulados no Orçamento de Estado aprovado para 2023.

A Tabela 6 apresenta o montante das garantias autorizadas no período de 2021 a 2023.

Tabela 6 – Garantias autorizadas 2021 a 2023

Garantias Autorizadas	2021	2022	2023
Setor Público	4 248	4 484	4 095
→ SEE (Empresas)	4 128	4 414	4 095
Electra	-	2 041	710
TACV	1 875	515	1 175
IFH	-	-	350
SDTIBM	360	220	408
NEWCO	-	772	-
Outros (Águas de Santiago, Enapor, etc.)	1 893	866	1 452
→ Municípios	120	70	0
Setor Privado	348	252	0
Total Garantias Concedidas	4 597	4 736	4 095
Limite Anual	15000	11000	11000
Taxa de Execução	30,6%	43,1%	37,2%

Fonte: Direção Geral do Tesouro

6.2 RESPONSABILIDADES EFETIVAS POR GARANTIAS PRESTADAS

As garantias concedidas pelo Estado de Cabo Verde, conforme evidenciado na Tabela 7, representam compromissos financeiros potenciais que, em caso de incumprimento por parte dos beneficiários, podem converter-se em encargos efetivos para as finanças públicas. Em 2023, apesar da estabilidade do montante total de garantias e avais face a 2022 (26.591,6 milhões de escudos contra 26.648,5 milhões), o aumento registado no período pós-pandemia reflete a adoção de medidas de mitigação da crise económica, com foco no apoio a empresas públicas e privadas em setores estratégicos como os transportes, a energia e o turismo.

Ainda, segundo os dados da mesma Tabela, o Setor Empresarial do Estado (SEE) absorveu 90,2 por cento das garantias em 2023, com destaque para empresas como os TACV (6.352,8 milhões de escudos), Electra (5.904,0 milhões de escudos), NEWCO (3.408,0 milhões de escudos), CV Telecom (1916,1 milhões de escudos), ASA (1270,6 milhões de escudos) e SDTIBM (1178,0 milhões de escudos). Em contraste, o setor privado registou uma redução nos montantes das garantias recebidas, com a Decameron e a Pro-Garante a sofrerem quebras significativas de 48,8 por cento e 56,0 por cento, respetivamente. Esta evolução sugere uma transição dos apoios emergenciais para um modelo mais seletivo e sustentável.

Apesar do quadro legal definido pelo Decreto-Lei n.º 45/96, que prevê a criação de um fundo de garantias e avais para mitigar o risco de execução, a análise da execução orçamental revela a ausência deste mecanismo de salvaguarda. Assim, tendo em conta a natureza contingente destas garantias — que podem agravar o défice e a dívida pública caso sejam acionadas — é fundamental reforçar os mecanismos de controlo e gestão de risco. Recomenda-se, portanto, a implementação efetiva do fundo, a definição de limites legais para a concessão de garantias e a promoção da transparência através da publicação regular de informações detalhadas, assegurando a sustentabilidade fiscal do país a médio e longo prazo.

Tabela 7 – Stock de responsabilidades assumidas por garantias prestadas pelo Estado, em final de período

Setor	2021	2022	2023	Peso 2023	Var. 22/23 (%)
TOTAL	24 401	26 649	26 592	100,00%	-0,20%
Setor Público	20 800	22 757	24 382	91,70%	7,10%
SEE	20 419	22 284	23 994	90,20%	7,70%
TACV	5 826	6 117	6 353	23,90%	3,90%
Electra	4 765	5 735	5 904	22,20%	3,00%
IFH	1 248	665	350	1,30%	-47,30%
ADS (Águas Santiago)	774	973	1 086	4,10%	11,60%
AEB	247	743	788	3,00%	6,10%
SDTIBM	582	747	1 179	4,40%	57,80%
NEWCO	3 722	3 466	3 408	12,80%	-1,70%
Outros SEE	3 255	3 838	4 926	18,5%	-25,7%
Municípios	382	473	388	1,50%	-18,00%
CM Porto Novo	63,20	44,60	44,30	0,2%	-0,7%
CM São Vicente	191,50	178,90	119,60	0,4%	-33,1%
CM Santa Catarina	31,50	-	-	0,0%	
CM Paul	72,50	50,00	43,00	0,2%	-14,0%
CM São Nicolau	15,30	47,70	38,30	0,1%	-19,7%
CM Sal	-	50,00	44,80	0,2%	-10,4%
CM São Miguel	7,70	80,00	80,00	0,3%	0,0%
CM Mosteiros	-	22,00	18,20	0,1%	-17,3%
Setor Privado	3 601	3 892	2 209	8,30%	-43,20%
DECAMERON	34,30	3 452,20	1 768,80	6,7%	-48,8%
ELEVO	200,00	68,00	65,60	0,2%	-3,5%
TECNOVIA	86,90	173,10	155,20	0,6%	-10,3%
EMPREITEL FIGUEIREDO	-	52,40	94,30	0,4%	80,0%
KHYM NEGOCE	-	64,60	56,50	0,2%	-12,5%
CABOPLAST	-	64,70	61,40	0,2%	-5,1%
Pro-Garante	3 279,60	16,80	7,40	0,0%	-56,0%

Fontes: Ministério das Finanças. Relatórios da CGE/2014 a 2023. Elaboração do CFP

7 REGRAS DE DISCIPLINA ORÇAMENTAL

A análise da Conta Geral do Estado foi conduzida com o objetivo de avaliar o cumprimento princípios e regras estabelecidos na Lei de Bases do Orçamento (Lei nº55/IX/2019 de 1 de julho), assegurando a conformidade da execução orçamental com os referenciais normativos vigentes. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais resultados e o grau de cumprimento dos princípios e regras orçamentais.

Quadro 1 – Resumo da Avaliação do Cumprimento dos princípios e regras orçamentais – Conta Geral do Estado 2023

Indicador / Regra Fiscal	Resultado 2023	Limite Legal / Observação	Observação
Défice Global	-0,2% do PIB	Máximo de -3% do PIB (Art. 14.º nº1)	✓ Cumprido
Saldo Corrente	+1,6% do PIB	Deve ser ≥ 0 (Art. 9.º nº3 / Art. 7.º nº1)	✓ Cumprido
Saldo Primário	+2,1% do PIB	Positivo (Art. 9.º nº4)	✓ Cumprido
Dívida Pública Total	113% do PIB	Máximo de 60% do PIB	✗ Não cumprido
• Dívida Interna	35,2% do PIB	-	-
• Dívida Externa	65,6% do PIB	-	-
Financiamento Interno Líquido	0,6% do PIB	Máximo de 3% do PIB (Art. 14.º nº1)	✓ Cumprido
Transparência Orçamental	Informação pública acessível	Art. 25.º – Prestação de contas e acesso à informação	✓ Cumprido
Princípio da especificação	Observado	Artº20º As receitas e despesas devem ser detalhadas, especificando as fontes de receita e a finalidade das despesas, permitindo um controle adequado da execução orçamental.	✓ Cumprido
Promoção da Igualdade de Género	Execução Programa Promoção da igualdade e equidade de género é de 57,3 por cento	Artº12º O processo orçamental é orientado para a promoção da igualdade de género, introduzindo mapas e indicadores de género	✓ cumprido parcialmente
Tendência da Dívida (face a 2022)	Redução de 9,8 p.p. do PIB	Compromisso com a consolidação fiscal	✓ Em progresso

Fonte: Dados CGE 2023. Elaboração CFP

8 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

Apesar dos avanços registados em 2023, persistem desafios que exigem atenção, de modo a garantir a eficácia da política orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas no médio e longo prazo.

Um dos principais desafios reside na melhoria da execução orçamental, que requer um esforço coordenado entre o governo, o setor privado e os parceiros de desenvolvimento. A baixa taxa de execução compromete a eficiência da despesa pública e o alcance dos objetivos de desenvolvimento. Para enfrentar este desafio, recomenda-se:

- Reforçar a capacidade institucional, com investimentos na formação contínua dos recursos humanos e na modernização dos processos administrativos, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos;
- Aperfeiçoar o planeamento e a monitorização, assegurando que os programas orçamentais estejam alinhados com critérios rigorosos de elegibilidade e acompanhados por metas claras e indicadores de desempenho, permitindo correções atempadas em caso de desvios;
- Simplificar os procedimentos burocráticos, adotando práticas mais ágeis que favoreçam a implementação célere de projetos e programas, melhorando a taxa de execução da despesa.
- Integrar a análise dos indicadores de género no relatório da execução orçamental.

Outro desafio refere-se à sustentabilidade da dívida pública, sobretudo num contexto de elevada vulnerabilidade externa e da necessidade de investimentos estruturais. Para mitigar os riscos e assegurar a trajetória descendente da dívida, recomenda-se as seguintes medidas:

- Manutenção da consolidação orçamental, com equilíbrio entre receitas e despesas e redução gradual do rácio da dívida pública em relação ao PIB;
- Estabelecimento de regras claras para a redução do montante da dívida em excesso, assegurando previsibilidade e disciplina fiscal;
- Aperfeiçoamento da análise e monitorização dos riscos fiscais, com mecanismos específicos para avaliar e reportar passivos contingentes e garantias do Estado, incluindo a publicação de relatórios periódicos;
- Reforço da transparência na gestão da dívida, com a divulgação acessível de dados sobre composição, vencimentos, encargos e entidades beneficiárias de garantias e avales, incluindo as suas contas e relatórios de gestão;

- Inclusão das responsabilidades associadas aos contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na análise das responsabilidades contingentes, reconhecendo o seu potencial impacto futuro nas finanças públicas. As obrigações contratuais das PPPs, como garantias de receitas mínimas ou compensações por riscos, representam riscos latentes que devem ser monitorizados com rigor e geridos com transparência.

Estas recomendações são fundamentais para consolidar os ganhos já alcançados em matéria fiscal e para assegurar que a política orçamental continue a promover o crescimento económico sustentado e a resiliência das contas públicas.

ANEXOS

TABELAS E GRÁFICOS DETALHADOS SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Tabela 8 – Evolução dos saldos - Valores nominais

Saldo (em M ECV) - CGE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo global	-11 756	-7 229	-5 031	-5 145	-4 812	-4 679	-16 424	-14 577	-8 219	-396
Saldo Corrente	-4 774	-1 979	-3 505	-1 366	1 482	-2 192	-15 765	-10 242	-4 284	4 252
Saldo global primário	-8 312	-3 095	-808	-622	-79	312	-11 596	-10 310	-2 835	5 471
Saldo primário corrente	-1 330	2 155	718	3 157	6 215	2 799	-10 936	-5 974	1 100	10 119

Tabela 9 – Evolução Saldo Global - em % do PIB e variação homologa

Saldo - CGE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo Global (Em M ECV)	-11 756	-7 229	-5 031	-5 145	-4 812	-4 679	-16 424	-14 577	-8 219	-396
Saldo Global (Em % PIB)	-6,9%	-4,2%	-2,7%	-2,6%	-2,3%	-2,1%	-9,3%	-7,6%	-3,4%	-0,2%
Tvh receita (em %)	-6,3%	20,8%	3,4%	12,2%	3,6%	14,6%	-24,0%	-0,1%	21,8%	21,9%
Tvh despesa (em %)	6,0%	9,4%	6,1%	2,7%	7,4%	14,1%	0,5%	-1,5%	7,2%	5,8%

Tabela 10 – Evolução dos saldos global e primário

	CGE/2022		ORP/2023		CGE/2023		Variação 2022-2023 CGE		Desvio ORP/2023	
	m ECV	%PIB	m ECV	%PIB	m ECV	%PIB	m ECV	P.p. PIB	m ECV	P.p. PIB
Saldo global	-8 219,1	-3,4%	-24 256,9	-9,2%	-395,8	-0,2%	7 823,3	3,2%	23 861,1	9,0%
Saldo Primário	-2 835,5	-1,2%	-18 375,9	-7,0%	5 471,2	2,1%	8 306,7	3,3%	23 847,1	9,1%

Tabela 11 – Evolução dos saldos - Em % do PIB

Saldo (em % PIB) - CGE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo global	-6,9%	-4,2%	-2,7%	-2,6%	-2,3%	-2,1%	-9,3%	-7,6%	-3,4%	-0,2%
Saldo Corrente	-2,8%	-1,1%	-1,9%	-0,7%	0,7%	-1,0%	-8,9%	-5,4%	-1,8%	1,6%
Saldo global primário	-4,9%	-1,8%	-0,4%	-0,3%	0,0%	0,1%	-6,6%	-5,4%	-1,2%	2,1%
Saldo primário corrente	-0,8%	1,2%	0,4%	1,6%	3,0%	1,3%	-6,2%	-3,1%	0,5%	3,8%

Fonte: Relatórios CGE/2014 a 2023. Cálculos do CFP

Tabela 12 – Evolução Despesa Efetiva

Despesas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas efetiva (em M ECV)	37542	41068	43567	44760	48072	54850	55120	54306	58217	61578
Despesas efetiva (em % PIB)	21,0%	22,1%	23,6%	23,6%	22,9%	23,3%	24,7%	31,3%	24,1%	23,3%
TV despesas (em %)	6,0%	9,4%	6,1%	2,7%	7,4%	14,1%	0,5%	-1,5%	7,2%	5,8%

Fonte: Relatórios CGE/2014 a 2023. Cálculos do CFP

Tabela 13 – Saldo global por subsetor

Setor	CGE/2022	CGE/2023	Variação Homóloga	Referencial anual	
				OE/23	VH OE/23
1. Estado	-8 219,1	-395,8	7 823,3	-13 025,9	-4 806,8
2. Autoridades Administrativas Independentes	-17,1	-59,3	-42,2	91,1	108,2
3. Administração Central	-8 236,2	-455,1	7 781,1	-12 934,8	-4 698,6
4. INPS	10 188,2	8 991,0	-1 197,2	6 915,9	-3 272,3
5. Adm Central + INPS (3+4)	1 952,0	8 535,9	6 583,9	-6 018,9	-7 970,9
Administração Local	404,1	-40,4	-444,5	0	-404,1
Empresas Públicas	-1 671,2	410,0	2 081,2	-4463,6	-2 792,4
BCV	-553,9	351,2	905,1	-285,9	268,0
Administrações Públicas	131,0	9 256,7	9 125,7	-10 768,4	-10 899,4

Fonte: Relatórios CGE/2022 e 2023. Cálculos do CFP

Tabela 14 – Receitas Totais

Receitas em M ECV - CGE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Totais	35 327	42 678	44 107	49 505	51 270	58 732	44 629	44 597	54 330	66 235
Receitas correntes	32 768	39 089	40 062	43 394	49 554	52 658	39 355	43 915	53 502	65 380
Receitas fiscais - Impostos	27 061	30 516	32 275	35 842	40 523	42 141	32 902	33 710	44 206	49 961
Transferências correntes	228	370	461	278	851	551	571	3 761	1 802	2 941
Outras Receitas	5 480	8 203	7 325	7 273	8 180	9 966	5 882	6 444	7 494	12 479
Receitas de capital	2 559	3 588	4 046	6 111	1 414	5 594	4 730	681	828	855
Transferências de Capital	2 559	3 588	4 046	6 111	1 414	5 594	4 730	681	828	855

Tabela 15 – Receitas em % do PIB

Receitas em % PIB - CGE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Totais	20,8%	24,5%	23,9%	25,3%	24,9%	26,5%	25,3%	23,3%	22,5%	25,1%
Receitas correntes	19,3%	22,5%	21,7%	22,2%	24,1%	23,7%	22,3%	23,0%	22,1%	24,8%
Receitas fiscais - Impostos	16,0%	17,5%	17,5%	18,4%	19,7%	19,0%	18,7%	17,6%	18,3%	18,9%
Transferências correntes	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%	0,3%	2,0%	0,7%	1,1%
Outras Receitas	3,2%	4,7%	4,0%	3,7%	4,0%	4,5%	3,3%	3,4%	3,1%	4,7%
Receitas de capital	1,5%	2,1%	2,2%	3,1%	0,7%	2,5%	2,7%	0,4%	0,3%	0,3%
Transferências de Capital	1,5%	2,1%	2,2%	3,1%	0,7%	2,5%	2,7%	0,4%	0,3%	0,3%

Tabela 16 – Receitas - taxa de variação

TV em %	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Totais	-6,3%	20,8%	3,4%	12,2%	3,6%	14,6%	-24,0%	-0,1%	21,8%	21,9%
Receitas correntes	-3,5%	19,3%	2,5%	8,3%	14,2%	6,3%	-25,3%	11,6%	21,8%	22,2%
Receitas fiscais - Impostos	-3,7%	12,8%	5,8%	11,1%	13,1%	4,0%	-21,9%	2,5%	31,1%	13,0%
Transferências correntes	-10,6%	62,7%	24,7%	-39,7%	205,7%	-35,2%	3,6%	558,4%	-52,1%	63,2%
Outras Receitas	-2,0%	49,7%	-10,7%	-0,7%	12,5%	21,8%	-41,0%	9,6%	16,3%	66,5%
Receitas de capital	-32,1%	40,2%	12,7%	51,0%	-76,9%	295,5%	-15,4%	-85,6%	21,6%	3,2%
Transferências de Capital	-32,1%	40,2%	12,7%	51,0%	-76,9%	295,5%	-15,4%	-85,6%	21,6%	3,2%

Tabela 17 – Receitas efetivas

Receitas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita efetiva (em M ECV)	35 327	42 678	44 107	49 505	51 270	58 732	44 629	44 597	54 330	66 235
Receita efetiva (em % PIB)	20,8%	24,5%	23,9%	25,3%	24,9%	26,5%	25,3%	23,3%	22,5%	25,1%
TV receita (em %) - CGE	-6,3%	20,8%	3,4%	12,2%	3,6%	14,6%	-24,0%	-0,1%	21,8%	21,9%

Tabela 18 – Despesas Totais

Despesas em M ECV	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas Totais	37 542	41 068	43 567	44 760	48 072	54 850	55 120	54 306	58 217	61 578
Despesas correntes	37 542	41 068	43 567	44 760	48 072	54 850	55 120	54 157	57 786	61 578
Despesas com pessoal	17 172	17 530	18 365	18 891	19 580	21 177	21 842	22 425	22 603	23 010
Aquisição de Bens e Serviços	5 744	7 433	7 563	6 961	7 505	9 248	11 110	9 983	10 709	12 676
Juros da dívida	3 444	4 134	4 223	4 523	4 733	4 991	4 829	4 267	5 384	5 867
Subsídios	107	161	167	124	153	160	630	814	1 965	2 575
Transferências correntes	4 389	4 755	4 895	6 001	6 345	6 041	6 482	5 422	5 221	5 845
Benefícios Sociais	4 348	4 735	5 165	5 541	6 237	7 272	8 268	9 267	9 014	9 666
Outras despesas Correntes	2 339	2 320	3 189	2 718	3 519	5 961	1 959	1 979	2 891	1 938

Tabela 19 – Despesas em % do PIB

Despesas em % PIB	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas Totais	21,0%	22,1%	23,6%	23,6%	22,9%	23,3%	24,7%	31,3%	24,1%	23,3%
Despesas correntes	21,0%	22,1%	23,6%	23,6%	22,9%	23,3%	24,7%	31,3%	23,9%	23,3%
Despesas com pessoal	9,8%	10,1%	10,1%	10,0%	9,7%	9,5%	9,5%	12,4%	9,4%	8,7%
Aquisição de Bens e Serviços	3,0%	3,4%	4,3%	4,1%	3,6%	3,6%	4,2%	6,3%	4,4%	4,8%
Juros da dívida	2,0%	2,0%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%	2,7%	2,2%	2,2%
Subsídios	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,4%	0,8%	1,0%
Transferências correntes	2,4%	2,6%	2,7%	2,7%	3,1%	3,1%	2,7%	3,7%	2,2%	2,2%
Benefícios Sociais	2,5%	2,6%	2,7%	2,8%	2,8%	3,0%	3,3%	4,7%	3,7%	3,7%
Outras despesas Correntes	1,2%	1,4%	1,3%	1,7%	1,4%	1,7%	2,7%	1,1%	1,2%	0,7%

Tabela 20 – Despesas- Taxa de variação

TV em %	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas Totais	6,0%	9,4%	6,1%	2,7%	7,4%	14,1%	0,5%	-1,5%	7,2%	5,8%
Despesas correntes	6,0%	9,4%	6,1%	2,7%	7,4%	14,1%	0,5%	-1,7%	6,7%	6,6%
Despesas com pessoal	3,4%	2,1%	4,8%	2,9%	3,7%	8,2%	3,1%	2,7%	0,8%	1,8%
Aquisição de Bens e Serviços	13,5%	29,4%	1,7%	-8,0%	7,8%	23,2%	20,1%	-10,1%	7,3%	18,4%
Juros da dívida	1,8%	20,0%	2,1%	7,1%	4,6%	5,4%	-3,3%	-11,6%	26,2%	9,0%
Subsídios	5,5%	51,4%	3,5%	-25,7%	22,9%	4,9%	293,5%	29,2%	141,4%	31,1%
Transferências correntes	7,7%	8,3%	3,0%	22,6%	5,7%	-4,8%	7,3%	-16,4%	-3,7%	12,0%
Benefícios Sociais	4,8%	8,9%	9,1%	7,3%	12,6%	16,6%	13,7%	12,1%	-2,7%	7,2%
Outras despesas Correntes	14,0%	-0,8%	37,5%	-14,8%	29,5%	69,4%	-67,1%	1,0%	46,1%	-33,0%

Tabela 20 – Despesas efetiva

Despesas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas efetiva (em M ECV)	37542	41068	43567	44760	48072	54850	55120	54306	58217	61578
Despesas efetiva (em % PIB)	21,0%	22,1%	23,6%	23,6%	22,9%	23,3%	24,7%	31,3%	24,1%	23,3%
TV despesas (em %)	6,0%	9,4%	6,1%	2,7%	7,4%	14,1%	0,5%	-1,5%	7,2%	5,8%

Tabela 21 – Serviço da Dívida

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	OER 2020	2021	2022	2023
Dívida Externa	137 453	154 015	159 352	162 398	167 909,1	176 765	185 272,3	199 310	204 786,2	204 656,4
Dívida Interna	41 588	45 998	52 572	55 695	61 099	65 457	71 380,2	81 541	91 831	93 428,3
Stock Total	179 042	200 013	211 924	218 093	229 008,4	242 222	256 652,5	280 851	296 617	298 084,7
Serviço total	8 269	11 252	12 209	12 893	14 950	14 718	15 834	15 599	21 388	24 808,8
Amortização DI	2 805	4 723	5 391	5 206,5	6 698	5 561	6 919	7 584	8 573	9 271
Juros DI	1 910	2 374	2 455	2 683,6	2 863	3 083	3 156	3 236	3 330	3 249
Amortização DE	2 036	2 432	2 614	3 213	3 561	4 207	4 145	3 836	7 479	9 784
Juros DE	1 518	1 724	1 748	1 790	1 828	1 867	1 614	943	2 006	2 505
Total Serviço Dívida Externa	3 554	4 155	4 362	5 003	5 389	6 074	5 759	4 779	9 485	12 289
Juros Totais	3 428	4 098	4 203	4 474	4 691	4 950	4 770	4 179	5 336	5 753
Total Serviço Dívida Interna	4 715	7 097	7 847	7 890	9 561	8 644	10 075	10 821	11 903	12 520
Total Amortizações	4 841	7 155	8 005	8 419	10 259	9 768	11 064	11 420	16 053	19 056

Fonte: Direção Geral Tesouro, Ministério das Finanças

Tabela 22 – Rácio da Dívida

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	OER 2020	2021	2022	2023
Serviço / Exportação	11,2%	17,3%	17,1%	16,6%	16,6%	14,9%	38,2%	35,8%	23,7%	25,6%
Total Serviço da Dívida/Receitas	23,4%	26,4%	27,7%	26,0%	29,2%	25,1%	35,5%	35,0%	39,4%	37,5%
Serviço da Dívida interna / Receitas	13,3%	16,6%	17,8%	15,9%	18,6%	14,7%	22,6%	24,3%	21,9%	18,9%
Serviço da Dívida / Despesas	22,0%	27,4%	27,7%	28,5%	30,8%	26,8%	28,7%	28,7%	36,7%	40,3%
Serviço Div Externa/ Exportação	4,8%	6,4%	6,1%	6,4%	6,0%	6,1%	13,9%	11,0%	10,5%	12,7%
Total Serviço Dívida/PIB	4,9%	6,5%	6,6%	6,6%	7,3%	6,6%	9,0%	8,2%	8,9%	9,4%
Juros Totais/ PIB	2,0%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,2%	2,7%	2,2%	2,2%	2,2%
Amortizações Totais/PIB	2,9%	4,1%	4,3%	4,3%	5,0%	4,4%	6,3%	6,0%	6,6%	7,2%
Stock da Dívida Externa / PIB	81,1%	88,6%	86,4%	83,2%	81,5%	79,7%	105,1%	104,2%	84,8%	77,6%
Stock da Dívida Interna/ PIB	24,5%	26,4%	28,5%	28,5%	29,7%	29,5%	40,5%	42,6%	38,0%	35,4%
Stock GC/ PIB	105,6%	115,0%	114,9%	111,7%	111,2%	109,2%	145,6%	146,8%	122,8%	113,0%
% da dívida Externa no total	76,8%	77,0%	75,2%	74,5%	73,3%	73,0%	72,2%	71,0%	69,0%	68,7%
% da dívida interna no total	23,2%	23,0%	24,8%	25,5%	26,7%	27,0%	27,8%	29,0%	31,0%	31,3%

Fonte: Direção Geral Tesouro, Ministério das Finanças

Tabela 23 – Dívida Interna

DÍVIDA INTERNA	ANOS										VARIACAO MONTANTE			VARIAÇÃO %		
	31/dez 2014	31/dez 2015	31/dez 2016	31/dez 2017	31/dez 2018	31/dez 2019	31/dez 2020	31/dez 2021	31/dez 2022	31/dez 2023	2020/2021	2021/2022	2022/202	2020/2021	2021/2022	2022/2023
STOCK DA DÍVIDA INTERNA	41 588,40	45 998,10	52 572,00	55 696,50	61 099,30	65 456,70	71 380,20	81 540,90	91 830,59	93 428,27	10 160,70	10 289,60	1 597,68	14,2%	12,6%	1,7%
STOCK DA DÍVIDA INTERNA POR INSTRUMENTO	41 589,36	45 998,10	52 572,00	55 697,88	61 099,88	65 457,69	71 381,19	81 540,90	91 830,50	93 428,30	10 160,70	10 289,60	1 597,80	14,2%	12,6%	1,7%
Obrigação Tesouro Nova serie	39 618,80	44 196,60	50 625,10	53 012,20	58 722,20	63 722,90	70 432,50	80 140,90	87 262,40	90 056,80	9 708,40	7 121,50	2 794,40	13,8%	8,9%	3,2%
Bilhetes de Tesouro	193,40			1 491,00	1 293,00	794,00		495,00	2 727,90	1 884,90	495,00	2 232,90	- 843,00	#DIV/0!	451,1%	-30,9%
Outros creditos e Protocolos	1 776,20	1 801,50	1 946,90	1 193,70	1 083,70	939,80	947,70	905,00	1 840,20	1 486,60	- 42,70	935,20	-353,60	-4,5%	103,3%	-19,2%
%Obrigacoes Nova Serie	95,3%	95,3%	0,0%	95,2%	96,1%	97,4%	98,7%	98,3%	95,0%	96,4%						
%bilhetes do tesouro	0,5%	0,5%	0,5%	2,7%	2,1%	1,2%	0,0%	0,6%	3,0%	2,0%						
%outros creditos e protocolos	4,3%	4,3%	4,3%	2,1%	1,8%	1,4%	1,3%	1,1%	2,0%	1,6%						
STOCK DA DÍVIDA DOMESTICA POR SETOR	41 588,40	45 998,00	52 572,00	55 696,50	61 099,40	65 456,70	71 380,20	81 541,10	91 830,60	93 428,30	10 160,90	10 289,50	1 597,70	14,2%	12,6%	1,7%
Bancario	25 960,90	27 067,40	31 404,20	34 237,00	38 972,60	40 828,00	44 778,60	51 720,50	60 346,30	60 852,90	6 941,90	8 625,80	506,60	15,5%	16,7%	0,8%
Nao Bancario	15 627,50	18 930,60	21 167,80	21 459,50	22 126,80	24 628,70	26 601,60	29 820,60	31 484,30	32 575,40	3 219,00	1 663,70	1 091,10	12,1%	5,6%	3,5%
%Setor Bancario	62,4%	58,8%	59,7%	61,5%	63,8%	62,4%	62,7%	63,4%	65,7%	65,1%						
%Setor Não Bancário	37,6%	41,2%	40,3%	38,5%	36,2%	37,6%	37,3%	36,6%	34,3%	34,9%						

	ANOS										VARIACAO MONTANTE			VARIAÇÃO %		
	31/dez 2014	31/dez 2015	31/dez 2016	31/dez 2017	31/dez 2018	31/dez 2019	31/dez 2020	31/dez 2021	31/dez 2022	31/dez 2023	2020/2021	2021/2022	2022/202	2020/2021	2021/2022	2022/2023
STOCK DA DÍVIDA DOMESTICA POR MATURIDADE	41 588,40	45 998,10	52 572,10	55 696,40	61 099,20	65 456,60	71 380,20	81 541,10	91 830,40	93 428,20	10 160,80	10 289,40	1 597,80	14,2%	12,6%	1,7%
CURTO PRAZO	193,40	-	-	1 490,50	1 293,30	794,00	-	495,00	2 727,90	1 884,80	495,00	2 232,90	- 843,10	#DIV/0!	451,09%	-30,91%
≤ 3 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
> 3meses ≤6 meses	193,40	-	-	995,50	399,00	398,00	-	-	1 343,30		-	1 343,30	- 1 343,30			-100,00%
> 6meses ≤9 meses	-	-	-		498,30	-	-	-	-	1 290,30	-	-	1 290,30			
> 9 meses ≤12 meses	-	-	-	495,00	396,00	396,00	-	495,00	1 384,60	594,50	495,00	889,60	-790,10		179,72%	-57,06%
MÉDIO-LONGO PRAZO	39 618,80	44 196,60	50 625,20	53 012,20	58 722,20	63 722,80	70 432,50	80 141,00	87 262,30	90 056,80	9 708,50	7 121,30	2 794,50	13,8%	8,9%	3,2%
> 1 ano ≤3 anos	3 666,20	2 656,50	690,30	690,30	1 096,10	1 972,70	2 734,90	4 578,00	3 750,50	3 992,70	1 843,10	- 827,50	242,20	67,4%	-18,1%	6,5%
> 3 anos ≤ 5 anos	7 494,10	8 281,70	6 777,20	4 666,50	4 294,60	4 901,10	6 428,90	11 037,00	11 648,50	13 489,30	4 608,10	611,50	1 840,80	71,7%	5,5%	15,8%

Relatório sobre Execução Orçamental 2023

> 5 anos ≤ 8 anos	17 987,60	22 912,20	29 155,00	30 145,70	32 455,80	35 167,30	38 717,00	39 903,00	44 600,60	45 262,10	1 186,00	4 697,60	661,50	3,1%	11,8%	1,5%
> 8 anos ≤ 10 anos	7 285,00	8 516,20	12 052,70	15 839,70	19 485,70	20 571,70	21 871,70	24 223,00	26 862,70	26 912,70	2 351,30	2 639,70	50,00	10,8%	10,9%	0,2%
> 10 anos ≤ 15 anos	1 225,90	150,00	550,00	550,00	550,00	550,00	400,00	400,00	400,00	400,00	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%
> 15 anos	1 960,00	1 680,00	1 400,00	1 120,00	840,00	560,00	280,00	-	0,0%		- 280,00	-	-	-100,0%	#DIV/0!	#DIV/0!
OUTROS	1 776,20	1 801,50	1 946,90	1 193,70	1 083,70	939,80	947,70	905,00	1 840,20	1 486,60	-42,70	935,20	-353,60	-4,5%	103,3%	-19,2%
Protocolos																
Outros Créditos	1 776,20	1 801,50	1 946,90	1 193,70	1 083,70	939,80	947,70	905	1 840,2	1 486,6	(42,7)	935,2	(353,6)	-4,5%	103,3%	-19,2%

Fonte: Dados Ministério das Finanças e elaborado pelo CFP

Tabela 24 – Dívida Interna por credor

Milhões de CVE

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	% Total (2023)
Stock da Dívida Interna (A+B)	41 588,4	45 998,1	52 571,4	55 696,5	61 099,3	65 456,6	71 380,2	81 541,0	91 830,6	93 428,3	100,0%
A. Sistema Bancário	25 960,9	27 067,4	31 403,6	34 237,0	38 972,6	40 827,8	44 778,6	51 720,5	60 346,3	60 852,9	65,1%
BCV	2 338,5	1 778,5	1 498,5	1 200,7	920,7	628,7	334,7	45,8	44,3	39,3	
1. Novos Protocolos - 2/2000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Novo Protocolo 1/2002	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Memorando entendimento dívida Angola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
4. O.T. NS Transferidas	0,0	1 680,0	1 400,0	1 120,0	840,0	560,0	280,0	0,0	0,0	0,0	
5. Adiantamento ao Abrigo da lei Orgânica	2 240,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
6. Outros Créditos	98,5	98,5	98,5	80,7	80,7	68,7	54,7	45,8	44,3	39,3	
BCA	7 292,8	7 865,1	9 044,3	9 339,4	12 708,2	14 570,8	15 020,0	16 148,0	17 465,6	17 627,1	18,9%
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 101,1	851,3	
2. Obrigação Tesouro NS	6 369,0	7 041,3	8 168,6	8 687,3	12 259,9	14 169,8	14 981,9	16 067,5	16 331,6	16 719,7	
3. Bilhetes de Tesouro	153,8	0,0	0,0	592,6	420,9	397,0	0,0	0,0	(0,0)	45,1	
4. Outros Créditos	770,0	823,7	875,6	59,5	27,4	3,9	38,1	80,5	32,9	10,9	
CECV	8 679,4	10 445,7	11 622,3	13 160,2	13 407,9	12 806,9	13 206,5	13 641,7	15 976,2	17 147,9	18,4%
1. Obrigação Tesouro N.S.	7 780,7	9 579,4	10 665,5	11 748,6	12 025,5	11 755,4	12 354,6	12 618,5	13 455,9	15 470,6	
2. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	377,1	420,9	198,0	0,0	247,5	1 861,7	1 097,6	
3. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	658,6	579,6	
4. Outros Créditos	898,7	866,3	956,8	1 034,6	961,5	853,5	851,9	775,7	0,0	0,0	
BCN	761,9	623,8	789,3	789,3	967,9	1 149,6	2 514,6	2 844,1	3 609,6	3 294,7	3,5%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	204,9	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	761,9	623,8	789,3	789,3	967,9	1 149,6	2 514,6	2 844,1	3 404,7	3 294,7	
3. Outros Créditos	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
			0,0	0,0							
BIA	2 384,8	2 360,6	3 469,9	3 913,1	4 384,8	4 545,7	5 085,7	4 867,1	4 971,8	4 627,5	5,0%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	2 376,4	2 348,3	3 454,5	3 894,1	4 370,7	4 532,0	5 082,7	4 864,1	4 968,6	4 622,1	
3. Outros Créditos	8,4	12,3	15,3	19,0	14,1	13,6	3,0	3,0	3,2	5,4	
BMGCV	5,5	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	5,5	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Outros Créditos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
BAI	3 913,8	3 146,2	4 078,5	5 105,4	5 538,7	5 690,6	5 892,8	6 485,5	6 531,1	5 205,4	5,6%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	3 913,8	3 146,2	4 078,5	5 105,4	5 538,7	5 690,6	5 892,8	6 485,5	6 531,1	5 205,4	
3. Outros Créditos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
BESCV/BICV/IIB	200,0	200,0	200,0	200,0	474,0	849,1	2 118,7	7 082,7	10 357,5	11 234,8	12,0%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	561,9	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	200,0	200,0	200,0	200,0	474,0	849,1	2 118,7	7 082,7	9 795,6	11 234,8	

Relatório sobre Execução Orçamental 2023

3. Outros Créditos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
BFI	74,9	74,9	4,9	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	74,9	74,9	4,9	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Outros Créditos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
ECCV	209,0	394,6	524,0	524,0	570,4	586,5	605,6	605,6	1 390,3	1 676,2	1,8%
1. Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	30,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	209,0	394,6	524,0	524,0	539,7	586,5	605,6	605,6	1 390,3	1 676,2	
3. Outros Créditos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
NB	100,4	172,5	171,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes de Tesouro	39,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigações Tesouro Nova Série	60,1	171,9	171,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Outros Créditos	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
B. Outros	15 627,5	18 930,6	21 167,8	21 459,5	22 126,8	24 628,7	26 601,6	29 820,6	31 484,3	32 575,4	34,9%
INPS	15 627,5	18 930,6	21 167,8	21 459,5	22 126,8	24 628,7	26 601,6	29 820,6	31 484,3	32 575,4	34,9%
1. Empréstimos acumulados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Obrigação Tesouro NS	15 627,5	18 930,6	21 167,8	20 938,6	21 705,9	24 429,7	26 601,6	29 573,0	31 384,8	31 833,2	
4. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	520,9	420,9	199,0	0,0	247,5	99,5	742,2	
GARANTIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Obrigação Tesouro Nova Serie	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Obrigação Tesouro 42/93	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
CORREIOS CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Protocolos		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Obrigação do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
4. Novo Empréstimos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
ASA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigação do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
CABO VERDE TELECOM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
IMPAR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
PROMOTORA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Obrigação Tesouro Nova Serie	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
3. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
IFH	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Relatório sobre Execução Orçamental 2023

Protocolos			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
SHELL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
ELECTRA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
1. Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
2. Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Resumo do estoque por instrumentos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Sistema Bancário:	23 720,9	27 067,4	31 404,2	34 237,0	38 972,6	40 828,0	44 778,6	51 720,5	60 346,3	60 852,9	65,1%
Total de Bt's	193,4	0,0	0,0	969,7	872,5	595,0	0,0	247,5	2 628,4	1 142,7	2%
Total de OTNS's	21 751,3	25 266,0	29 457,3	32 073,6	37 016,3	39 293,2	43 831,0	50 567,9	55 877,7	58 223,5	96%
Total Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 759,8	1 431,0	2%
Outros Créditos	1 776,2	1 801,5	1 946,9	1 193,7	1 083,7	939,8	947,7	905,0	80,5	55,6	0%
Outros:	15 627,5	18 930,6	21 167,8	21 459,5	22 126,8	24 628,7	26 601,6	29 820,6	31 484,3	32 575,4	34,9%
Total de Bt's	0,0	0,0	0,0	520,9	420,9	199,0	0,0	247,5	99,5	742,2	2,3%
Total de OTNS's	15 627,5	18 930,6	21 167,8	20 938,6	21 705,9	24 429,7	26 601,6	29 573,0	31 384,8	31 833,2	97,7%
Total Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Total Geral:	41 588,4	45 998,1	52 572,0	55 696,5	61 099,3	65 456,7	71 380,2	81 541,0	91 830,6	93 428,3	100,0%
Total de Bt's	193,4	0,0	0,0	1 490,6	1 293,4	794,0	0,0	495,0	2 727,9	1 884,9	2,0%
Total de OTNS's	39 618,8	44 196,6	50 625,1	53 012,2	58 722,2	63 722,9	70 432,5	80 140,9	87 262,4	90 056,8	96,4%
Total Protocolos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 759,8	1 431,0	1,5%
Outros Créditos	1 776,2	1 801,5	1 946,9	1 193,7	1 083,7	939,8	947,7	905,0	80,5	55,6	0,1%
PIB	169 551	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	180 840	191 269	241 577	263 814	
%PIB	24,5	26,4	28,5	28,5	29,7	29,5	39,5	42,6	38,0	35,4	

Tabela 25 – Dívida externa por moeda e por credor

DÍVIDA EXTERNA	ANOS										VARIACAO MONTANTE			VARIACÃO %		
	31/dez 2014	31/dez 2015	31/dez 2016	31/dez 2017	31/dez 2018	31/dez 2019	31/dez 2020	31/dez 2021	31/dez 2022	31/dez 2023	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2020/2021	2021/2022	2022/2023
STOCK DA DÍVIDA EXTERNA	137 453,30	154 014,90	159 351,90	162 398,30	167 909,20	176 765,40	185 272,30	199 309,60	204 786,20	204 656,40	14 037,30	5 476,60	-129,80	7,6%	2,7%	-0,1%
STOCK DÍVIDA EXTERNA POR TIPO DE CREDOR	137 453,30	154 014,90	159 351,90	162 398,30	167 909,20	176 765,40	185 272,30	199 309,70	204 786,20	204 656,40	14 037,40	5 476,50	-129,80	7,6%	2,7%	-0,1%
Multilateral	63 361,90	72 666,70	75 070,30	73 341,30	77 436,90	85 791,60	93 704,80	107 412,40	114 887,70	120 440,60	13 707,60	7 475,30	5 552,90	14,6%	7,0%	4,8%
Bilateral	30 267,30	34 687,40	35 986,90	39 537,30	40 952,60	41 454,10	41 745,70	42 010,10	40 803,00	37 868,90	264,40	-1 207,10	-2 934,10	0,6%	-2,9%	-7,2%
Comercial	43 824,10	46 660,80	48 294,70	49 519,70	49 519,70	49 519,70	49 821,80	49 887,20	49 095,50	46 346,90	65,40	-791,70	-2 748,60	0,1%	-1,6%	-5,6%
DÍVIDA EXTERNA	ANOS										VARIACAO MONTANTE			VARIACÃO %		
	31/dez 2014	31/dez 2015	31/dez 2016	31/dez 2017	31/dez 2018	31/dez 2019	31/dez 2020	31/dez 2021	31/dez 2022	31/dez 2023	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2020/2021	2021/2022	2022/2023
STOCK DÍVIDA POR MOEDA DE CONTRATAÇÃO	-	-	-	162 398,40	167 909,00	176 765,40	185 272,20	199 309,70	215 786,40	204 656,50	0,08	0,08	-0,05	7,6%	8,3%	-5,2%
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023						
CAD				33,50	29,90	29,50	25,20	24,70	22,40	19,70	-0,50	-2,30	-2,70	-2,0%	-9,3%	-12,1%
CHF				235,30	232,20	229,40	219,70	218,10	217,10	217,50	-1,60	-1,00	0,40	-0,7%	-0,5%	0,2%
DKK				25,20	23,30	21,60	20,00	18,50	16,70	15,00	-1,50	-1,80	-1,70	-7,5%	-9,7%	-10,2%
EUR				104 034,60	107 733,70	109 788,60	112 919,60	114 617,90	115 423,00	109 665,00	1 698,30	805,10	-5 758,00	1,5%	0,7%	-5,0%
GBP				20,40	18,80	18,90	16,70	16,90	15,20	14,40	0,20	-1,70	-0,80	1,2%	-10,1%	-5,3%
JPY				9 705,20	10 954,60	11 520,40	11 228,10	11 122,60	10 085,10	8 937,80	-105,50	-1 037,50	-1 147,30	-0,9%	-9,3%	-11,4%
KWD				1 151,10	1 238,50	1 246,70	1 336,40	1 529,00	12 370,70	1 179,60	192,60	10 841,70	-11 191,10	14,4%	709,1%	-90,5%
NOK				14,10	12,50	11,80	10,10	9,70	8,60	7,10	-0,40	-1,10	-1,50	-4,0%	-11,3%	-17,4%
RMB				3 241,00	3 148,90	2 974,10	2 832,20	3 125,30	2 870,20	2 448,30	293,10	-255,10	-421,90	10,3%	-8,2%	-14,7%
SAR				1 782,80	1 856,60	1 885,70	2 060,00	1 786,40	1 742,90	1 579,80	-273,60	-43,50	-163,10	-13,3%	-2,4%	-9,4%
SEK				2,90	2,50	2,30	2,20	1,90	1,60	1,40	-0,30	-0,30	-0,20	-13,6%	-15,8%	-12,5%
UC				1 716,30	1 873,80	1 848,60	1 620,40	1 521,10	1 469,00	1 325,60	-99,30	-52,10	-143,40	-6,1%	-3,4%	-9,8%
USD				10 003,60	10 000,00	10 005,80	12 261,60	15 910,20	18 442,60	22 083,50	3 648,60	2 532,40	3 640,90	29,8%	15,9%	19,7%
XDR				30 432,40	30 783,70	37 182,00	40 720,00	49 407,40	53 101,30	57 161,80	8 687,40	3 693,90	4 060,50	21,3%	7,5%	7,6%

ANOS	CAD	CHF	DKK	EUR	GBP	JPY	KWD	NOK	RMB	SAR	SEK	UC	USD	XDR
2017	33,50	235,30	25,20	104 034,60	20,40	9 705,20	1 151,10	14,10	3 241,00	1 782,80	2,90	1 716,30	10 003,60	30 432,40
2018	29,90	232,20	23,30	107 733,70	18,80	10 954,60	1 238,50	12,50	3 148,90	1 856,60	2,50	1 873,80	10 000,00	30 783,70
2019	29,50	229,40	21,60	109 788,60	18,90	11 520,40	1 246,70	11,80	2 974,10	1 885,70	2,30	1 848,60	10 005,80	37 182,00
2020	25,20	219,70	20,00	112 919,60	16,70	11 228,10	1 336,40	10,10	2 832,20	2 060,00	2,20	1 620,40	12 261,60	40 720,00
2021	24,70	218,10	18,50	114 617,90	16,90	11 122,60	1 529,00	9,70	3 125,30	1 786,40	1,90	1 521,10	15 910,20	49 407,40
2022	22,40	217,10	16,70	115 423,00	15,20	10 085,10	12 370,70	8,60	2 870,20	1 742,90	1,60	1 469,00	18 442,60	53 101,30
2023	19,70	217,50	15,00	109 665,00	14,40	8 937,80	1 179,60	7,10	2 448,30	1 579,80	1,40	1 325,60	22 083,50	57 161,80

Encargos da Dívida Pública	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Serviço Global	8 269	11 252	12 209	12 893	14 950	14 718	15 834	15 599	21 388	24 808,8
Dívida Interna	4 715	7 097	7 846,6	7 890,1	9 560,8	8 644,1		10 820,50	11 903,10	12 519,80
Dívida Externa	3 554	4 155	4 362	5 003	5 389,3	6 074,1	6 874,0	4 778,90	9 485,20	12 289,00
Serviço Global (%PIB)	4,9%	6,5%	6,6%	6,6%	7,3%	6,6%	7,5%	8,1%	8,9%	9,3%
Dívida Interna (%PIB)	2,8%	4,1%	4,3%	4,0%	4,6%	3,9%	0,0%	5,6%	4,9%	4,7%
Dívida Externa (%PIB)	2,1%	2,4%	2,4%	2,6%	2,6%	2,7%	3,3%	2,5%	3,9%	4,6%
PIB	169 551	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	211 095	192 402	241 509	267 188

Fonte: Direção Geral Tesouro, Ministério das Finanças

Tabela 26 – Evolução do Stock Garantias e Avais

(Valores em milhões de escudos)

	STOCK GARANTIAS E AVALES				VARIACÃO MONTANTE		VARIACÃO %	
	2021	2022	2023	Peso 2023	2021/2022	2022/2023	2021/2022	2022/2023
TOTAL	24 401,00	26 648,50	26 591,60	100,0%	2247,5	-56,9	9,21%	-0,21%
SETOR PÚBLICO (1)+(2)	20 800,20	22 756,70	24 382,40	91,7%	1956,5	1625,7	9,41%	7,14%
SEE (1)	20 418,50	22 283,50	23 994,20	90,2%	1865	1710,7	9,13%	7,68%
TACV	5 826,20	6 116,70	6 352,80	23,9%	290,5	236,1	5,0%	3,9%
Electra	4 765,20	5 734,70	5 904,00	22,2%	969,5	169,3	20,3%	3,0%
CABO VERDE FAST FERRY					0	0		
ENAPOR	58,00	34,80	10,50	0,0%	-23,2	-24,3	-40,0%	-69,8%
IFH	1 248,40	664,60	350,00	1,3%	-583,8	-314,6	-46,8%	-47,3%
Novo Banco				0,0%	0	0		
Aguas de Porto Novo				0,0%	0	0		
Aguas de Santiago (ADS)	774,40	972,60	1 085,80	4,1%	198,2	113,2	25,6%	11,6%
AEB	247,00	742,60	787,80	3,0%	495,6	45,2	200,6%	6,1%
CERMI	16,30	14,00	12,40	0,0%	-2,3	-1,6	-14,1%	-11,4%
ASA	-	-	1 270,60	4,8%	0	1270,6		
Startup Jovem				0,0%	0	0		
SDTIBM	582,10	746,90	1 178,90	4,4%	164,8	432	28,3%	57,8%
NEWCO	3 721,70	3 465,70	3 408,00	12,8%	-256	-57,7	-6,9%	-1,7%
ICV	202,30	842,20	690,10	2,6%	639,9	-152,1	316,3%	-18,1%
SCS	-	19,10	18,60	0,1%	19,1	-0,5		-2,6%
RTC	110,00	110,00	110,00	0,4%	0	0	0,0%	0,0%
NOSI	51,00	40,50	129,50	0,5%	-10,5	89	-20,6%	219,8%
INCV	54,70	142,20	253,00	1,0%	87,5	110,8	160,0%	77,9%
CVTELECOM	2 243,40	2 120,80	1 916,10	7,2%	-122,6	-204,7	-5,5%	-9,7%
CV Interilhas	517,80	516,10	516,10	1,9%	-1,7	0	-0,3%	0,0%
MUNICÍPIOS (2)	381,70	473,20	388,20	1,5%	91,5	-85	24,0%	-18,0%
CM Porto Novo	63,20	44,60	44,30	0,2%	-18,6	-0,3	-29,4%	-0,7%
CM São Vicente	191,50	178,90	119,60	0,4%	-12,6	-59,3	-6,6%	-33,1%
CM Santa Catarina	31,50	-	-	0,0%	-31,5	0	-100,0%	
CM Paul	72,50	50,00	43,00	0,2%	-22,5	-7	-31,0%	-14,0%
CM São Nicolau	15,30	47,70	38,30	0,1%	32,4	-9,4	211,8%	-19,7%
CM Sal	-	50,00	44,80	0,2%	50	-5,2	100,0%	-10,4%
CM Smiguel	7,70	80,00	80,00	0,3%	72,3	0	939,0%	0,0%
CM Mosteiros	-	22,00	18,20	0,1%	22	-3,8		-17,3%
SETOR PRIVADO	3 600,80	3 891,80	2 209,20	8,3%	291	-1682,6	8,1%	-43,2%
DECAMERON	34,30	3 452,20	1 768,80	6,7%	3417,9	-1683,4	9964,7%	-48,8%
ELEVO	200,00	68,00	65,60	0,2%	-132	-2,4	-66,0%	-3,5%
TECNOVIA	86,90	173,10	155,20	0,6%	86,2	-17,9	99,2%	-10,3%
EMPREITEL FIGUEIREDO	-	52,40	94,30	0,4%	52,4	41,9		80,0%
KHYM NEGOCE	-	64,60	56,50	0,2%	64,6	-8,1		-12,5%
CABOPLAST	-	64,70	61,40	0,2%	64,7	-3,3		-5,1%
MORABI	-	-	-	0,0%	0	0		
FCS	-	-	-	0,0%	0	0		
Pro-Garante	3 279,60	16,80	7,40	0,0%	-3262,8	-9,4	-99,5%	-56,0%

Fonte: Dados Ministerio Finanças e Calculos CFP

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Link de acesso ao Glossário: <https://cfp.cv/glossário>